

CIMIC EM PORTUGUÊS

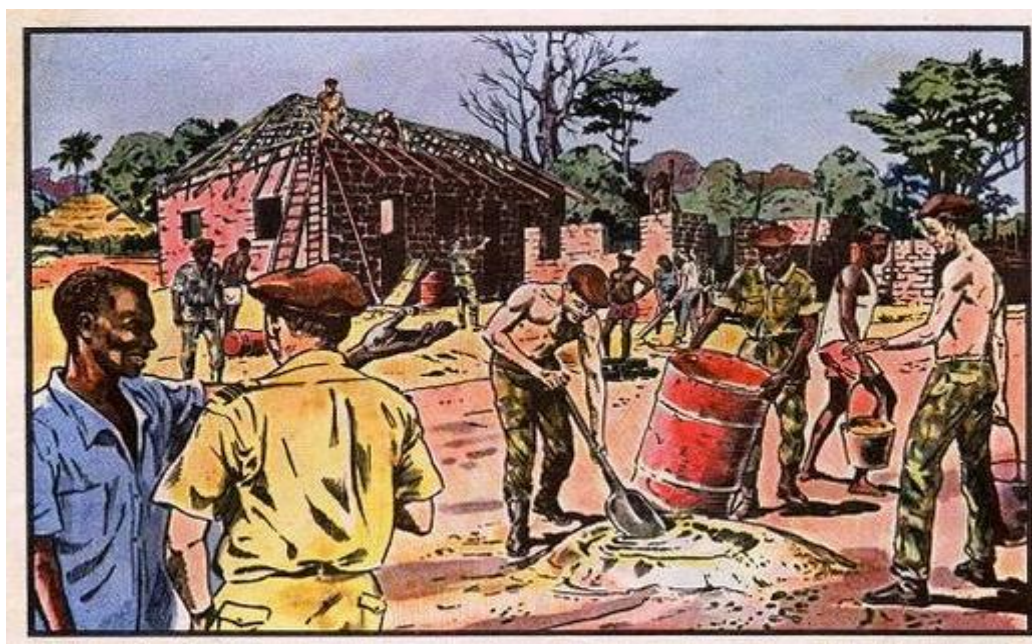
Andrea Senos Moutinho

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais – área de especialização em Relações
Internacionais**

ABRIL, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica
do Professor Doutor António da Horta Fernandes

Dedicatória pessoal



Ao meu pai, angolano, branco, pelo que me foi contando, e pelo que nunca me contou.

Andrea Moutinho

*Aos pretos e mestiços portugueses,
aos mortos e aos vivos,
que foram abandonados;
e aos portugueses brancos,
aos vivos e aos mortos,
que ficaram como eles abandonados.*

Adriano Moreira

AGRADECIMENTOS

Embora tenha sido quase sempre um “ato isolado”, por algum tempo adiado fruto da inconstância da vida profissional, não poderia deixar de dar o meu “obrigada” à minha amada família, a de sangue, sempre presente (mesmo quando longe), e a que a vida me foi dando, pelo apoio, mesmo que inconsciente, para sempre perseguir os meus sonhos, e conseguir tudo o que sempre quis.

Gostaria igualmente de agradecer ao Professor Doutor Horta Fernandes, pela paciência e pela orientação.

Ao Alexandre Nobre Evaristo, conhecedor da matéria em estudo como nenhum outro, pela ajuda e pelo elogio, mesmo nas piores horas.

Aos elementos da CGerCIMIC e do MNCG que tive o prazer de conhecer, e que tão bem me receberam, mesmo já não usando farda.

Ao Coronel Agostinho Grilo, pelas maravilhosas conversas, desprovidas de formalidade, mas revestidas de verdade, ao Coronel Raul Gomes e ao Coronel Joaquim Santana, pelos contactos e pela disponibilidade, ao Coronel José Paulo Berger e ao General José Queiroga, pelos livros e pela amabilidade, e ao Capitão Miguel Almeida pela importante documentação.

E à Força Aérea Portuguesa (que me tirou mais do que me deu), *apesar de tudo*, instituição que muito amei e servi durante quase sete anos, por me ter permitido aprender o que aprendi e me ter feito apaixonar pela nossa história militar e por alguns dos nossos feitos.

CIMIC EM PORTUGUÊS

ANDREA SENOS MOUTINHO

RESUMO

Apesar de já desde a primeira metade do século XX algumas Forças Armadas manterem unidades especializadas na concretização do que modernamente se chama "*cooperação civil-militar*", as atuais doutrinas de CIMIC começaram a desenvolver-se no espaço da NATO, em meados da década de 90, como resposta, sobretudo, às lições aprendidas nos conflitos dos Balcãs. No caso português, a Guerra Colonial proporcionou abordagens e apresentou conceitos para a contrainsurgência que podem ter sido os primórdios do CIMIC em Português, e que devem, hoje, ser tidos em conta para que a cooperação civil-militar feita por portugueses obtenha, cada vez mais, reconhecimento nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: unidades especializadas; CIMIC (cooperação civil-militar); conflitos; Guerra Colonial; contrainsurgência; reconhecimento.

PORTUGUESE CIMIC

ANDREA SENOS MOUTINHO

ABSTRACT

Even though some Armed Forces have kept specialized units working in the so-called “civil-military cooperation” since the first half of the 20th century, the current doctrine concerning CIMIC started to develop in NATO-environment around the 1990s. This was mainly a response to the lessons learned at the Balkans’ conflict. On the Portuguese case, the Colonial War has given concepts to approach counterinsurgency that might have been the starting point for Portuguese CIMIC. That heritage must be made accountable so that CIMIC done by the Portuguese gets more and more recognition, both nationally and internationally.

KEYWORDS: specialized units; CIMIC (Civil-Military Cooperation); conflicts; Colonial War; counterinsurgency; recognition.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEME – Chefe do Estado Maior do Exército

CEMFA – Chefe do Estado Maior da Força Aérea

CEMGFA – Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

CGERCIMIC – Companhia Geral CIMIC

CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais

CIMIC – Civil Military Cooperation

CIVPOL – Civilian Police

CNN – Cable News Network

COIN – Counter Insurgency

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSU – CIMIC Support Unit

DPKO – Department for Peace Keeping Operations

DPRE – Displaced Persons, Refugees, Evacuees

EUA – Estados Unidos da América

ELK – Exército de Libertação do Kosovo

EPR – Entidade Primariamente Responsável

FAP – Força Aérea Portuguesa

FND – Forças Nacionais Destacadas

FOC – Full Operational Capability

FTCC – Força de Tarefa Conjunta e Combinada

G4G – Guerras de 4ª Geração

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares

KFOR – Kosovo Force

MAI – Ministério da Administração Interna

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MNCG – Multinational Cimic Group

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OAP – Operações de Apoio à Paz

OI – Organizações Internacionais

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSYOPS – Psychological Operations

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

TO – Teatro de Operações

TTP – Tactics, Techniques and Procedures

UNCIMIC – United Nations Civil Military Coordination

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTAC – United Nations Transitional Authority in Cambodia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: CIMIC (Cooperação Civil-Militar)	9
I. 1. NATO vs. Nações Unidas.....	13
I. 2. Os Anos 90	15
I. 3. Uma nova abordagem	17
Capítulo II: Colonização e Império	19
II. 1. “Nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo”	22
II. 2. “Foram-se-nos mais de três partes do Império de Além-Mar...”	28
Capítulo III: O Modo Português.....	35
III. 1. Portugal e o Ultramar	37
III. 2. “Este reino é obra de soldados”	43
Capítulo IV: E agora?.....	49
IV. 1. Presente.....	50
IV. 2. E Futuro... ..	54
IV. 3. As Pessoas.....	58
Conclusão	61
Referências Bibliográficas.....	67

INTRODUÇÃO

Ensinaram os antigos que a paz (geralmente definida como um estado de calma ou tranquilidade, pode referir-se também ao conceito *absentia belli* – ausência de violência) não pode ser garantida apenas pela coragem e pela vontade.

Os conflitos manifestam-se com grande amplitude, com poderio militar difuso (assustadoramente presente na proliferação de programas de investigação e desenvolvimento de armas de destruição), quer nas lutas de povos ou nações oprimidas em busca da liberdade (nos seus próprios Estados), quer nas opressões de grupos hegemónicos pela manutenção ou ampliação dos seus territórios e poder, bem como na apropriação de novos espaços com mais recursos naturais.

Desde a implosão da URSS, em 1989, a maior aliança militar do mundo contemporâneo, personificada na NATO (que preconiza a *Paz pela Lei*), tem tentado revitalizar o seu papel político-estratégico-militar num novo contexto onde o seu maior inimigo (e própria razão da Aliança) desapareceu, nesse momento, profundamente simbólico, da Queda do Muro de Berlim (que apartava os países da “Cortina de Ferro” daqueles que defendiam um “American way of life”).

Durante estes anos, os países procuraram alcançar o objetivo de “war deterrence” (projetando valores de democracia e do primado do direito), através de forças profissionais, especializadas, e com meios de grande sofisticação tecnológica. Diminuíram, por isso, os efetivos militares dos Estados ocidentais. Com tendência para se tornarem cada vez menores.

Do final dos anos 90 até agora, as Forças Armadas têm vindo a revelar-se a expressão prática do atual contexto internacional, devido aos reptos da globalização e aos novos desafios de segurança e da defesa, manifestando imensas mudanças organizacionais¹ (assiste-se a uma mutação no propósito militar: das guerras avança-se para missões não-tradicionais, legitimadas por entidades além da Nação-Estado). As missões ao estrangeiro são agora outras: ajuda humanitária e mediação de conflitos. O mundo globalizado, o multiculturalismo, transformaram o soldado num “scholar”, com

¹ “The perception of the threats and opportunities presented by the international situation shape military forces, military missions, and the relationship of the military to society” (MOSKOS, 2000: 11).

o objetivo final de evitar a guerra (“warless”). A necessidade de preparação ética e cognitiva estende-se das praças até aos oficiais da mais alta patente: “In the current operational environment (...) officers must deal face-to-face with aid workers, other military personnel, irregular forces, and local civilians alike (...) They must make rapid decisions with severe strategic consequences and with little or no opportunity to consult with their military superiors” (TOISKALLIO, 2004: 131-142).

As grandes guerras parecem estar afastadas, mas a selvagem luta económica global, e o surgimento, no horizonte, do fantasma da moderna guerra irregular mundial, assimétrica, sem fronteiras, presenciada nos dias atuais, alertam para o risco de descontrolo geral, com degeneração em conflitos armados de dimensões imprevisíveis. Estas “novas guerras” submetem-se cada vez menos ao modelo, de matriz trinitária, de Clausewitz (Estado, Forças Armadas, População); são guerras acerca das pessoas, e sobretudo acerca de ideais, envolvendo estruturas de um tipo novo, com indivíduos que se confundem/mesclam com a população geral.

O ambiente estratégico do século XXI envolve uma miríade de impulsionadores étnicos, religiosos, ideológicos, e de capacidades, que requer soluções sustentáveis em sociedades assoladas por conflitos, desastres ou catástrofes humanitárias. E soluções para estas ocorrências são impossíveis de atingir apenas por meios militares².

As relações civis-militares³ traduzem-se em termos de poder (Huntington), e estão particularmente sujeitas a fricções por envolverem perfis de atuação que são, em tese, diametralmente opostos: a atuação militar tende a sobrevalorizar a segurança, a unidade de comando, a hierarquia, os resultados de curto prazo, os mecanismos de coerção e a dependência rigorosa ao mandato; a atuação civil pende para as funções ligadas à reconstrução e ao alívio do sofrimento da população, a valorizar os resultados de médio e longo prazo, a exigir um ambiente pouco coercitivo, descentralizado, horizontal, participativo e organizacionalmente fluído. Há ainda que ter em conta a sensibilidade política e a desmedida preocupação com as perceções da opinião pública. Além disso, pessoas com formações e culturas diferentes propendem

² O Conceito Estratégico de 1999 mencionava Forças Armadas de países aliados a operar em territórios fora dos limites geográficos da NATO e com a motivação da “intervenção humanitária”.

³ Este relacionamento tem sido o centro das preocupações da Sociologia Militar (apesar de serem um problema eminentemente político).

naturalmente a alimentar expectativas díspares sobre um determinado conjunto de circunstâncias, com motivações diversificadas.

Tradicionalmente, em emergências complexas, tem havido uma distinção entre os domínios militar e não-militar: uma abordagem construída sobre os princípios da Lei Internacional Humanitária, que faz a distinção entre combatentes e não-combatentes, protegendo estes últimos de ataques. Na história mais recente, contudo, as forças militares têm estado crescentemente envolvidas em operações que vão para lá da guerra⁴ (ou exclusivamente das missões de Artigo 5º, que conduzem a uma resposta coletiva a um ataque contra um Estado-membro): prestar serviços à população e providenciar bem-estar. Ao mesmo tempo, devido à natureza instável das emergências complexas modernas, a comunidade humanitária tem vindo a enfrentar cada vez mais desafios operacionais, assim como riscos e ameaças aos seus trabalhadores no terreno, que têm muitas vezes solicitado o apoio ou a proteção de forças armadas, mas numa base de “case by case”⁵.

A contribuição da NATO para um “*comprehensive approach*”⁶ como um dos facilitadores militares é um dos elos de ligação ao ambiente civil, sendo a Cooperação Civil-Militar, doravante CIMIC (*Civil Military Cooperation*), um dos seus expoentes máximos. Isto permite que o vetor militar contribua para se atingir o “end-state” desejado, através da coordenação, da sincronização e (principalmente) da desconstrução das atividades militares - enquanto fontes primárias de conflito – com atores civis, ligando as operações militares aos objetivos políticos. Aliás, o artigo 20 do Novo Conceito Estratégico da NATO (novembro de 2010, Lisboa) refere que “NATO will

⁴ As missões de paz foram também objeto de análise na *Agenda Para a Paz*, pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. A *Agenda* foi um documento fundamental ao tornar o *peacekeeping* um tema *core* das Nações Unidas, e ao estabelecer uma doutrina global para operações de paz e para o papel da Organização na prevenção, contenção, resolução e termos dos conflitos modernos.

⁵ Nos últimos anos, o apoio e/ou proteção militar a certas operações humanitárias tem sido fornecido em várias emergências complexas, incluindo Iraque, Afeganistão, Costa do Marfim, Eritreia, Libéria, Uganda e Serra Leoa.

⁶ “(...) a CA is best understood as a mind-set aiming for synergy where all reciprocating actors respond to a crisis, established through coordination and de-confliction of political, humanitarian, development, and security efforts”, *CIMIC Field Handbook*, 1-3-3.

therefore engage, where it possible and when necessary, to prevent crisis, manage crisis, stabilize post conflict situations and support reconstruction”.

A influência de uma vasta pluralidade de contribuições civis para estabilizar uma sociedade disfuncional deve continuar a ser tida em conta pelos militares, pois só assim será exequível a transição suave de operações ofensivas/defensivas para as de segurança/estabilização, atingindo-se assim um estado de evolução onde as forças possam deixar uma área segura para trás, muito mais cedo. A importância da cooperação entre civis e militares ficou, por exemplo, demonstrada em teatros de operações como a Somália (1993-1995), a Bósnia (1995-2004) e o Kosovo (desde 1999), criando pontes entre as diferentes culturas existentes.

CIMIC, enquanto função militar que é porção integral das operações multidimensionais modernas, dirige-se a todas as partes cooperantes dentro de uma situação de conflito, e facilita o apoio mútuo das capacidades civis às forças militares e vice-versa. Conquistar mentes e corações, promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações, fortalecer o tecido social e instituições democráticas, não podem ser tarefas completamente desenvolvidas por militares.

De forma a maximizar o sucesso de todas as partes envolvidas, é crucial que todos os lados percebam, totalmente, como cada parceiro planeia e opera. O planeamento da ação militar exige *input* do CIMIC, tal como todo o outro trabalho militar dentro e fora da área de missão. Nem tudo, a nível militar, é CIMIC, mas esta Cooperação pode ter um papel fundamental na resolução de conflitos.

A doutrina e os princípios da *cooperação civil-militar* têm um passado de estudo e conceptualização que atravessou o desenvolvimento da atividade dos *assuntos civis* durante a II Guerra Mundial⁷, os mandamentos reunidos nos três teatros da descolonização, a chamada *gestão das crises* no período da Guerra Fria, e nas realidades analisadas em conflitos bem mais recentes, como os dos Balcãs, do Iraque⁸

⁷ Mas já em 1925, data da publicação, nos EUA, de *Military Aid to the Civil Power*, o primeiro manual de assuntos civis, se percebia a importância deste relacionamento.

⁸ “As forças norte-americanas foram incapazes de avançar para a vitória (...). Ignoraram a doutrina da contrainsurreição, não se preocupando em conquistar os corações e as mentes da população (...). Só em 2007, com Petraeus como general comandante do teatro de operações (...) finalmente, adotando a

e do Afeganistão⁹. Novos atores (decisores políticos, Organizações Governamentais e Não-Governamentais, e ainda empresas militares privadas – equacionando-se, já, uma espécie de *privatização* da guerra), e novas circunstâncias (por exemplo, o efeito CNN e a gestão das percepções¹⁰), passaram a ser considerados no ciclo de decisão.

A bibliografia atual em torno da *cooperação civil-militar* tem-se focado na simplificação e na melhoria da relação entre atores internacionais civis e militares, mas a verdade é que parcamente se tem escrito sobre as experiências iniciais, e tem havido pouca investigação acerca da forma como as populações percebem, e veem que estas atividades poderão contribuir para a paz e a estabilidade, a médio e longo prazo, para o próprio desenvolvimento económico e democrático dos países.

E porque nem tudo se pode treinar ou ensinar, Portugal, na sua Guerra Colonial, poderá, efetivamente, ter dado os primeiros passos na Cooperação Civil-Militar, ainda sem esta designação, e de forma (originalmente) “triangular”, na medida em que a pouca teoria era melhorada com a prática, para ser reescrita; tudo isto graças à (elevada) capacidade natural do Português de se integrar e adaptar a novas realidades e comunidades (aquilo que Jaime Cortesão chamou de “plasticidade amorável”), ao desembaraço, tendo inclusive fornecido muitos conceitos que hoje se encontram coligidos, quer na documentação das Nações Unidas, quer na doutrina militar dos EUA, plasmada, a título exemplificativo, no seu FM 3-07-22 (*Counter Insurgency Operations*).

A guerra de todos os portugueses, experiência de vida e herança (para os de cá e os de lá), muitas vezes silenciada, e que a todos, direta ou indiretamente atingiu, não

estratégia operacional aconselhada nas doutrinas de contrainsurreição, seria possível aliviar a pressão do inimigo” (SANTOS, 2010: 216).

⁹ As lições aprendidas nestes teatros deixam claro que “a comprehensive political, civilian and military approach is necessary for effective crisis management. The Alliance will engage actively with other international actors before, during and after crisis to encourage collaborative analysis, planning and conduct of activities on the ground in order to maximize coherence and effectiveness of the overall international effort” (artigo 21, Conceito Estratégico da NATO, Lisboa).

¹⁰ “... um fator de grande relevância estratégica. Particularmente na era da informação, quando se confirmam e saem reforçadas as tendências verificadas nas guerras assimétricas através da História: com o tempo, o forte desgasta-se e o fraco fortalece, porque a gestão das percepções tende a penalizar o forte e a dar poder ao fraco” (SANTOS, 2010: 220).

pode ser vista com escárnio; é uma experiência de mais de uma década, em três teatros de operações distintos, daí que seja pertinente analisar a origem do CIMIC em Português na década de 60, e a sua evolução até aos dias de hoje, com participações relevantes em cenários de conflito – ainda que não propriamente enquanto Batalhão CIMIC, mas tendo militares nas Forças Nacionais Destacadas (FND) capazes de desenvolver atividades de cooperação civil-militar.

O objetivo deste estudo é então demonstrar que o desenvolvimento das capacidades CIMIC no seio das Forças Armadas teve a sua génese nos teatros de operações da Guerra Colonial Nacional (sem qualquer tipo de treino, formação ou pré-requisito específico), momento em que Portugal se viu obrigado a desenvolver um esforço de guerra de contrassubversão nos seus territórios ultramarinos, em três frentes distantes, e cuja alteração de paradigma estratégico (operacional, genético e estrutural), no seio das Forças Armadas, veio a demonstrar-se capital no decurso dos 13 anos de conflito.

Assumindo o risco de abordar um período já tantas vezes estudado, a presente investigação (não pretendendo discorrer pelo passado colonial português de forma saudosista, mas reconhecendo que a História e as estórias nem sempre coincidem) ambiciona assim promover uma reflexão acerca da influência e ubiquidade do processo CIMIC nos conflitos internacionais, onde as interações estabelecidas com as populações civis assumem um papel vital na conquista dos corações e mentes das pessoas, elemento crucial para o sucesso de uma campanha militar¹¹, partindo do pressuposto da origem da cooperação civil-militar portuguesa nas ex-colónias africanas.

Nesta investigação, o principal procedimento metodológico usado será a análise de conteúdo, incidindo sobre mensagens tão variadas como obras de

¹¹ São vários os intervenientes diretos que afirmam que a situação nos três TO estaria controlada, sendo sustentável em termos militares. No entanto, discorda-se deste revisionismo histórico (não corresponde à verdade dos factos, por tantos outros transmitida, e tornaria absurda a intervenção militar que conduziu à queda do regime), inserido num certo movimento ideológico que defendia que a política ultramarina deveria ser prosseguida. Este movimento iniciou-se logo a seguir à Revolução dos Cravos, com o título de “Vitória Traída”, da responsabilidade de oficiais gerais com funções de comando em TO de África.

referência, entrevistas informais a alguns dos envolvidos, artigos de jornais e documentos oficiais.

A par da análise de conteúdo, far-se-á, no Capítulo I, uma revisão bibliográfica, na qual se pretende identificar o estado da arte sobre a Cooperação Civil-Militar nas suas diversas vertentes e alcance, assim como identificar e transcrever os conceitos centrais utilizados neste trabalho de investigação, procurando, fundamentalmente, clarificar o que é e não é Cooperação Civil-Militar (já que o conceito se encontra ainda muito quebrantado). Mencionar-se-ão também algumas das novas correntes.

O Capítulo II versará sobre a Colonização e o Império, bem como traços do perfil de Portugal enquanto Nação e Povo, como potenciador de uma natural vocação para a cooperação e para a captação de vontades diversas. No fundo, a base de tudo: os seus mitos fundadores, as forças profundas, aquilo que permanece.

O Capítulo III incidirá sobre os processos de descolonização, em geral, e os preparativos portugueses, por parte das Forças Armadas, para o que se adivinhava nos territórios ultramarinos. Relevará ainda os marcos de cooperação civil-militar realizada por Portugueses, “embrulhada” numa grande dose de criatividade, protagonizada sobretudo por elementos da Engenharia Militar, com informações reveladas na primeira pessoa – uma mais-valia extraordinária tendo em conta a distância temporal, já. Em suma, “o modo português”.

O Capítulo IV destacará como este carácter e as experiências advindas das ex-colónias são, ainda hoje, e provavelmente continuarão a ser, para o futuro, o garante da Cooperação Civil-Militar feita em Português, assim como ferramenta de política externa. Tratará da CGerCIMIC e de como esta se iniciou em Portugal, e ainda que superficialmente, aludirá também aos desafios que se põem a esta Companhia no que a outros cenários de atuação diz respeito. Abordará igualmente a primordial necessidade de se estabelecer um perfil específico para quem trabalha em CIMIC, evitando assim constrangimentos operacionais que, em última análise, até poderão colocar em causa a própria missão.

A conclusão salientará os aspetos mais relevantes abordados ao longo desta investigação, que permitam, em última análise, comprovar que os primeiros passos da CIMIC nacional foram dados na Guerra Colonial, procurando, simultaneamente,

projetar o futuro desta enorme potencialidade inserida nas Forças Armadas Portuguesas.

CAPÍTULO I

CIMIC – COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

“Since the fall of the Berlin Wall and a set of equally important other changes in the global system around 1989-1992 (...) there has been a transformation of the concept of security away from a relatively fixed «traditional» image” (ERCOLANI, 2013: 25).

Nos dias de hoje, a segurança pode ser afetada por acontecimentos que ocorrem integralmente dentro das fronteiras de outro país. Os conflitos regionais, as recentes ondas migratórias (com especial enfoque nas últimas vagas de refugiados), os ditos Estados falhados, o malfadado terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, são instigações que não se coadunam com os recursos militares tradicionais, pré-planeados e tão incessantemente testados da era da Guerra-Fria. Mas também não podem ser arrostados de modo exclusivamente reativo. A resposta a estas novas ameaças tem de ser dada de uma forma inteiramente nova, projetando a estabilidade. A defesa territorial continua a ser uma função central, sim, mas já não se afigura exequível garantir a segurança sem se ombrear com os riscos e as ameaças potenciais que surgem distantes de cada um dos nossos lares individuais¹².

É, portanto, necessário ter uma visão completa e inclusiva de todos os fatores para se entender uma situação de guerra (seja ela “pequena” ou em grande escala): “se fazer a guerra quiser dizer rasurar as diferenças, anular o outro (e até o mesmo) em nome de uma totalidade, de um sistema, o que for, a necessidade de lhe mover guerra, mostra que ele está vivo, reage, não sendo uma simples peça de engrenagem. Se a guerra nega o (outro) que não pode deixar de afirmar, então essa mesma guerra é ultimamente um fracasso, inanidade, impossibilidade de cumprir a sua própria finalidade, de que está todavia e também sempre muito próxima” (FERNANDES, 2011: 107). Conclui-se, pois, que o conhecimento do inimigo e da sua cultura e sociedade

¹² “If there is to be any semblance of order and security in today's world, the transatlantic community must accept the responsibility to act where action is required - whether the issue is to prevent terrorism or to provide humanitarian relief”, Jaap de Hoop Scheffer, Secretário-Geral da NATO, 2006 (*Reflections on the Riga Summit, 28 and 29 November 2006*).

pode ser até mais importante do que a ordem de batalha (*cultural awareness*¹³): “Working with diverse cultures in their home element is more a matter of finesse, diplomacy, and communication than the direct application of coercive power” (MCFARLAND, 2005: 62). Torna-se, assim, muito difícil, como defende o General David H. Petraeus, trabalhar inserido noutra cultura quando não se entende a história local e regional, os grupos étnicos, os líderes nacionais, as tribos, os elementos religiosos, os partidos políticos, ou outros grupos sociais, e os seus respetivos pontos de vista; perceber estes “cultural aspects is essential if one is to help the people build stable political, social, and economic institutions” (DAVID JR, 2009: 82, 83).

O responsável pelo comando do esforço de guerra de uma nação, coligação ou aliança deve ter uma visão holística que lhe viabilize todos os meios possíveis na implementação de uma política abrangente, global e completa. O sucesso no terreno tem ido sempre para o Comandante que melhor se adapta às circunstâncias da guerra; a condução das guerras de hoje e do futuro, as Guerras de 4ª Geração (G4G)¹⁴, não exige menos do que isso (a diferença é que agora se requer mais do que apenas a habilitação para comandar capacidades militares puras: a conquista de unidade com outros atores não-militares no TO é requisito essencial, já que conflitos híbridos carecem de soluções híbridas)¹⁵. Lemos Pires afirma que o comando holístico da guerra

¹³ Inclui as mudanças internas em termos de atitudes e valores, a abertura e a flexibilidade que as pessoas desenvolvem em relação a outros; a familiarização com o sistema de valores e crenças, e as características culturais.

¹⁴ O conceito “Conflito de 4ª Geração” surgiu entre estratégias militares no final da década de 1980. Este grupo compartimentou a evolução dos conflitos armados, a partir do século XVII, em quatro fases distintas: 1ª Geração – a partir de Vestefália, acordo firmado em 1648 (nascimento das relações internacionais entre Estados soberanos); 2ª Geração - emprego intensivo do “Fogo”, culminando na Primeira Grande Guerra; 3ª Geração - dominada pela “Manobra”, perfeitamente caracterizada pela tática *blitzkrieg*, brilhantemente desenvolvida pelos alemães na Segunda Guerra Mundial; 4ª Geração – resultado das mudanças político-sociais, económicas e tecnológicas (táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular).

¹⁵ No romance *A Bell for Adano*, de John Hersey, há uma história curiosa: em 1943, o Major italo-americano Victor Joppolo, responsável pelos Assuntos Cíveis do Exército Americano, apercebendo-se da apatia e da tristeza da população daquele lugarejo, ignorou as ordens quanto à administração da pequena cidade Adano (fictícia), na Sicília, e dirigiu-se às pessoas diretamente, perguntando-lhes o que lhes fazia mais falta. E apesar da falta de comida e água, o que a população realmente queria era um

se desenrola em quatro dimensões primordiais: “a primeira advém da natureza das estruturas das forças envolvidas, armadas e de segurança, militares e paramilitares; a segunda abrange a coordenação entre organizações civis e militares, governamentais, não-governamentais e privadas, entre organizações internacionais e os vários Estados, coligações e alianças; a terceira trata da coerência entre a política, a estratégia, as operações e a tática; a quarta, do tempo, engloba as políticas decididas e as estratégias delas decorrentes, que têm de ser pensadas, concorrentemente, para o antes, o durante e o pós-guerra”.

Ao procurar garantir uma direção e ação coordenada entre todas as instituições envolvidas, encontrando mecanismos que permitam a coerência na aplicação de determinada estratégia, CIMIC tem sido uma “etiqueta” militar muito útil nas últimas décadas, principalmente aquando da necessidade de descrever ocasiões em que elementos das Forças Armadas se envolvem e colaboram com entidades civis (durante a crise, como plano de contingência abstrato ou coordenação “high-level” de recursos e objetivos, e depois como ajuda ou atividade de reconstrução por forças militares), atraindo pessoas das áreas circundantes, e revelando-se como um centro de influência. CIMIC não é, contudo, uma agência humanitária, não é um duplicado das Nações Unidas, de ONGs, ou outros atores civis, e não é capaz de providenciar sustentabilidade a médio e longo prazo. E dizer o que não é será, porventura, até mais fácil. Mas premente.

A Cooperação Civil-Militar é ainda uma ferramenta “in progress” que deve ser devidamente enquadrada para se desenvolver pelos motivos e objetivos certos. Juntar dois grupos tão distintos – militares e civis¹⁶ – tem desafios, e torna-se imperativo que a preparação, os aprontamentos, quer através de exercícios nacionais, quer multinacionais, sejam cada vez mais réplicas do que se pode encontrar num cenário de conflito real. A cooperação no terreno tem obtido resultados positivos, mas a cooperação a nível institucional ainda requer esforços, no sentido de se trabalhar para

novo sino para a igreja (havia sido roubado pelos alemães para ser derretido, para fazer munições.). Ainda que surpreendido, Joppolo decidiu-se a arranjar um novo sino, e tendo conquistado a confiança da população, conseguiu estabelecer o controlo Aliado na região.

¹⁶ Os civis entendem cooperação dentro do espectro que vai do conflito (onde não existe interação entre os dois) até à catástrofe (onde interagem mutuamente).

o mesmo fim, complementando e reforçando mutuamente as atividades individuais de cada um. Torna-se, por isso, imperativo, uma definição universalmente aceite para CIMIC, de modo a reduzir as diferentes interpretações da comunidade internacional.

Os modelos CIMIC preservam uma lógica hierárquica e estratégica do tradicional modelo “Estado-soldado”, e acrescentam uma roupagem integracionista, mas há ainda muitas dúvidas relativamente à autoridade para dirigir e coordenar ações, e ao real interesse das populações por ideias como lei e ordem, estado, instituições democráticas (conceitos ocidentais em sociedades com estruturas tradicionais de família e organização social, e com ideais de justiça e direitos humanos encaixilhados por outros sistemas culturais). É, pois, fundamental que as forças militares não exagerem nos procedimentos de proteção da força, criando maior confiança entre as unidades e as organizações civis e a população.

Também as áreas do planeamento, coordenação e execução das Operações Psicológicas¹⁷, da definição, prioridade e imediatismo das operações de desenvolvimento, da ligação e coordenação entre Operações Psicológicas e *Nation Building* são ainda cinzentas (e estas novas tarefas constituem novos estímulos para os militares); e também parece ainda não haver consenso quanto às estruturas centrais e locais para executar ações¹⁸.

Um dos inconvenientes é que os fracassos na esfera militar colocam em cheque os esforços realizados na esfera civil, especialmente os relacionados com a ajuda humanitária. Mas também existiu já o caso de no terreno (Iraque), as ONGs/OI retirarem por falta de segurança (para a Jordânia), não por lacuna militar, mas pelo conflito aberto; as populações ficaram sem ajuda humanitária e tiveram de ser os

¹⁷ A ação psicológica não é exclusiva da Modernidade: “... antes de ser desencadeada a 2ª guerra púnica, é notável a ação de propaganda levada a efeito por Aníbal pela qual Cartago era apresentada como herdeira da civilização helenística (...) as cerimónias cristãs e árabes durante as Cruzadas; a luta pelo ou contra o papa cismático no século XIV; são aspetos da ação psicológica que visavam não só desmoralizar o adversário mas também solidificar o moral dos combatentes” (SANTOS, 2010: 57).

¹⁸ Há muitas perguntas ainda sem resposta definitiva: qual é o comportamento das unidades do terreno? As equipas especializadas devem ser militares, civis, mistas? Estarão as unidades militares a pôr em perigo a sua tarefa principal, combater e eliminar a ameaça, conseguir e manter segurança?

militares a repor e a realizar essa ajuda (tarefa que essas organizações tanto condenam).

O grande desafio é, por isso, erigir um modelo de relações civis-militares que valorize as diferenças culturais, organizacionais, operacionais e normativas de cada um, e ao mesmo tempo, leve em conta a necessidade de atuação cooperativa e sinérgica de todos; a busca pelo equilíbrio nas relações civis-militares não se deve guiar pela simplificação e pela identidade, mas pela complexidade e pela diferença.

A Cimeira de Riga procurou apelar para o intensificar do envolvimento de atores civis numa forma de planeamento mais integrada, e o Multinational CIMIC Group¹⁹ é provavelmente o melhor exemplo disso mesmo.

I.1. NATO vs. Nações Unidas

Os Chefes de Estado e de Governo quererão, com certeza, garantir que a NATO dispõe das capacidades necessárias para maximizar as hipóteses de sucesso nas operações e missões, atuais e futuras; isto é transformar a defesa.

Para se projetar estabilidade são imprescindíveis forças aptas a reagir rapidamente, destacáveis para locais longínquos e que possam ser sustentadas durante longos períodos de tempo. Essas forças têm de ter capacidade para desempenhar tarefas de combate de alta intensidade e ainda trabalho de reconstrução pós-conflito.

O conceito CIMIC é, desde o início, um termo NATO que se refere à secção, dentro da estrutura militar, que lida com a ligação e o apoio à sociedade civil e às organizações civis na área das operações, criando um ambiente que seja benéfico para o Comandante levar a cabo a missão²⁰. É aplicável em todo o espectro da tensão, e em todas as fases do conflito contribui para moldar o ambiente operacional, tendo em conta o benefício mútuo de atores militares e civis.

¹⁹ É uma estrutura cujo papel é envolver-se na cooperação civil-militar, dando total apoio ao Comandante NATO no terreno.

²⁰ “All activities conducted in NATO CIMIC have to be linked to an *operational objective* (e.g. building a bridge to restore Freedom of Movement (FoM)”, *CIMIC Field Handbook*, I-1-4.

De acordo com o MC 411-1 (documento NATO), CIMIC é a coordenação e a cooperação, em apoio à missão, entre o Comandante NATO e atores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais. O objetivo imediato é estabelecer e manter a total *cooperação* do Comandante NATO e das autoridades civis, organizações, agências e populações, dentro da área de operações do Comandante, de forma a permitir-lhe levar a cabo a sua missão. A longo prazo, estas metas passam por ajudar a criar e manter condições que ajudem a alcançar os objetivos da Aliança nas operações²¹.

A NATO está a construir relações mais próximas com atores civis que detêm experiência e aptidões em áreas como o desenvolvimento de instituições, a governança, leis, polícia e segurança: “the military must acquire a sound understanding of local culture, customs and law (...) effective communication with civilian authorities, agencies, organizations and populations is vital to maintaining consent and cooperation” (AJP 9, 2-2-2-4).

Já a CIMIC ONU (ou UNCIMIC), mais da esfera humanitária - *coordenação* civil e militar – insere-se em missões que são estruturadas nas seguintes componentes: Representante Especial do Secretário-Geral; Força de Manutenção de Paz; Coordenador Humanitário; Polícia das Nações Unidas (CIVPOL), Unidade de Direitos Humanos e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esta coordenação refere-se ao diálogo, negociação e à interação essenciais entre atores civis e militares em emergências humanitárias, necessários para proteger e promover princípios humanitários (preservando o próprio espaço humanitário), evitar a competição, minimizar a inconsistência e, quando apropriado, perseguir objetivos comuns (a ONU é, aliás, muito cautelosa em relação à duplicação de esforços: os militares não devem assumir funções em missões humanitárias / o pessoal do apoio humanitário não deve perseguir nem desenvolver operações com fins militares). As estratégias básicas vão desde a coexistência até à cooperação. A coordenação é uma

²¹ Montgomery McFate, num seu artigo de 2005: “a failure to understand foreign cultures has been a major contributing factor in multiple national-security and intelligence failures”.

responsabilidade facilitada pela ligação, troca de informação²², e o treino e o planeamento conjuntos.

No entanto, e embora a definição de *coordenação* civil-militar, tal como está definida pelo Departamento das Nações Unidas para as Operações de Manutenção de Paz (DPKO) seja aceite por todos os atores intervenientes²³, a ONU não define detalhadamente a maneira de agir dos diversos contingentes. Assim, cada Força de Paz age conforme a doutrina de seu país. Este facto não permite uma padronização de procedimentos, especificamente, nas relações civis-militares, aspeto que terá de ser devidamente trabalhado (até porque uma má coordenação poderá ter consequências potencialmente graves).

Talvez por isso subsistam ainda sérias limitações estruturais e constrangimentos à ação da ONU: a alegada dicotomia de algumas intervenções, a incoerência na aplicação de alguns princípios fundamentais do direito internacional, o elevado número de solicitações e a incapacidade de resposta, as dificuldades por via da alteração da natureza dos conflitos, e ainda o (limitado) acordo entre as grandes potências relativamente aos fundamentos da segurança coletiva.

I.2. Os Anos 90

A partir de 1988, houve uma mudança no *ethos* das operações de paz, devido ao surgimento de emergências complexas e aos encaminhamentos do final da Guerra Fria: voltaram o seu enfoque para conflitos nacionais (intraestatais), tornando-se mais proativas, ao invés de reativas e interessadas na manutenção do *status quo*. Os anos 90 nortearam, por isso, uma nova realidade geopolítica e geoestratégica.

Em 1991, o mundo foi abalado pela maior concentração de tropas, após a II Guerra Mundial: a operação para retirar Saddam Hussein do Kuwait. Assistiu-se então

²² No que às operações cinéticas diz respeito, esta partilha de informação é fundamental para que as forças de coligação não conduzam operações militares em locais onde se encontra pessoal do apoio humanitário.

²³ A componente humanitária dentro de uma missão integrada; as agências internas das Nações Unidas; os atores civis externos e internos.

à mudança do princípio da não-ingerência para a intervenção humanitária e a favor da paz. A imagem do soldado combatente, gerindo e usando violência, dava agora lugar ao protetor, onde as tarefas de manutenção de paz e ajuda humanitária (em estreita colaboração com a autoridade civil) se encontravam no centro da identidade militar²⁴ - aliás, numa dessas operações de manutenção de paz da ONU, a UNTAC, no Camboja, “civic action seriously contributed to the improvement in troop morale, as it gave the Marines a sense of purpose in a country where they saw more extreme poverty and suffering than many had ever considered possible” (ZAALBERG, 2006: 102). E a verdade é que entre 1991 e 1997, o dito sistema internacional viu-se num limbo estratégico (a par com isto, no último quartel do século XX, reapareceram algumas organizações, muito poderosas, enquanto formas marginais, de “prestação de serviços militares”, indiciando o perigo de guerras privatizadas).

No final de 1995, tropas lideradas pela NATO (que interveio “ilegitimamente”, antes da decisão da ONU), na antiga Jugoslávia, atuaram sob a égide da ONU e, ao serem desdobradas, depararam-se com diversas organizações civis que agiam legitimamente, em condições, inclusive, de apoiar as ações das tropas. Desse modo, houve a necessidade do estabelecimento de uma doutrina que orientasse o trabalho conjunto entre a tropa e esses atores – a Cooperação Civil-Militar, ou *Civil-Military Cooperation* (CIMIC)²⁵.

No final da década, porém, a NATO revisitou e reelaborou a sua política e doutrina relativamente a CIMIC, procurando limitar o seu objetivo operacional. A imagem de Eisenhower lamentando os obstáculos civis a “atrapalhar” as operações militares foi inclusive invocada – mas invocar a memória do General Templer a instruir os seus comandantes de batalhão, administradores de distrito e polícias na Malásia

²⁴ Como reflexo dessas mudanças, deu-se um claro amadurecimento das missões, consolidado em 1992 pelo então Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali. Em *An Agenda for Peace*, de caráter “propositivo”, dispunham-se cinco atividades possíveis, em diferentes momentos de conflitos, para as Nações Unidas: *Preventive Diplomacy*, *Peacemaking* e *Peace-Enforcement*, *Peacekeeping*, *Peacebuilding*, reiterando a ação associada às organizações regionais.

²⁵ Mais do que pequenos projetos de reconstrução para conquistar “hearts and minds”, as operações em que estes homens e mulheres se envolvem são verdadeiramente de “nationbuilding” e “counterinsurgency” (como nos casos do Kosovo e do Iraque).

para trabalharem na implementação de uma doutrina comum, reunindo-se pelo menos uma vez por dia (e tomando um copo de vinho à noite), teria servido muito melhor as tropas da NATO no terreno.

Em 1999, no Kosovo (missão KFOR)²⁶, o então Comandante afirmaria que CIMIC significava “winning the hearts and minds of the local populations”. Mas esta definição é demasiado simplista (é óbvia, aliás, a debilidade do próprio conceito), uma vez que a paz (ou uma “quase”-guerra-depois-da-guerra) que se atinge quando os confrontos cessam é uma paz virtual - principalmente por ser a paz alcançada pelos que ganham, nem sempre necessariamente pelos que ficam: “NATO’s comprehensive, political, civilian and military approach is necessary for effective crisis management, in order to contribute to the stabilization and reconstruction of areas where a conflict has come to an end” (ERCOLANI, 2013: 84).

I.3. Uma nova abordagem

A mais recente doutrina tem procurado defender a importância do interface civil e militar, em apoio à missão total (*expand and develop*), bem como o facto desta interação ser promotora e multiplicadora de força, num ambiente moderno e multifuncional.

O Coronel Fabiano Zinzone propõe uma mudança de paradigma na abordagem operacional e tática às operações CIMIC. Nesta abordagem cultural, em que recorre à mitologia grega, relembra a visão estratégica de Ulisses no momento em que o emblema da cidade, o cavalo, é transformado em instrumento de guerra (os Troianos abriram os portões da sua cidade apenas porque reconheceram no cavalo o símbolo da sua cidade e o significado de paz, ignorando aqueles que os avisavam acerca de oferendas gregas, e acreditando que os Gregos haviam levantado o cerco e abandonado o combate, partindo de barco); ao transpor para os conflitos atuais, o que

²⁶ Um batalhão holandês chamou a si responsabilidades civis na administração pública, policiamento, provisão de serviços básicos como eletricidade e água, de forma a evitar que os insurgentes do Exército de Libertação do Kosovo (ELK) viessem ocupar esse vazio de poder.

é realmente fundamental não é ganhar a guerra, mas estabelecer a segurança à população - “understand and shape, penetrate and secure” (ERCOLANI, 2013).

Há imensa literatura sobre como as diferentes nacionalidades organizaram a sua estrutura nacional à volta do CIMIC. O Exército Americano faz uma clara distinção entre “Civil Affairs” e “Civil-Military Cooperation” (estando agora a tentar desenvolver o “Human Terrain System” – um programa cujo propósito é incorporar especialistas civis em grupos de combate para ajudar, no terreno, com problemas culturais ou sociais que sejam suscetíveis de afetar as operações militares²⁷), enquanto que o Exército Britânico afirma que CIMIC é a função de cada soldado; no Canadá, onde o trabalho das células CIMIC tem tido algum sucesso nas operações militares, as primeiras equipas foram guarnecidas com reservistas; o Civil-Military Centre Australiano aposta na diversidade do seu pessoal (civis, militares e forças de segurança), na energia e na iniciativa; os países nórdicos propõem uma futura “Joint Nordic Civilian capacity (...) to offer specialized force packages in high demand” (JAKOBSEN, 2006: 225); a Holanda tem trabalhado à volta da abordagem dos 3D’s: Defence, Diplomacy, Development; e Portugal tem, de forma original, os três ramos a trabalhar em CIMIC, para se atingir uma mentalidade conjunta, com o objetivo de planear e conduzir operações multinacionais.

Também original parecem ter sido os primórdios da CIMIC²⁸, já que o perfil do português, do país, e a sua própria (longa) história de convívio com outras culturas poderão ter influenciado determinadas orientações militares e até políticas.

²⁷ Embora haja poucos antropologistas disponíveis e dispostos a estar/trabalhar com militares nos Estados Unidos.

²⁸ Tema sobre o qual já não há tanta coisa escrita (especialmente em Português).

CAPÍTULO II

COLONIZAÇÃO E IMPÉRIO

A conquista e a colonização não foram propriamente um caminho que conduzisse à santidade; não, não havia apenas rosas sem espinhos nesse percurso. Efetivamente, e de acordo com palavras de Lévi-Strauss, a colonização é mesmo o pecado maior do Ocidente, e a colonização portuguesa, na América e em África, foi tão má como todas as outras (até porque não há colonizações boas).

A colonização europeia - seguindo a ideia surgida a partir do século XVI, de que a Europa se constituía como um espaço radicalmente diferente e superior ao resto do mundo -, teve sempre mais como objetivos anexar territórios que não pertenciam ao país “colonizador”, e a exploração dos recursos locais (madeiras, pedras preciosas, produtos da terra, outras matérias primas e mão de obra - escrava, diga-se!) do que propriamente desígnios de alargamento civilizacional, imbuídos de um espírito de cruzada²⁹. “Civilizar”, contudo, tornou-se, a partir de meados do século XIX, a porção

²⁹ Desde 1500 até ao Grito do Ipiranga do Brasil, traficantes (negros e brancos) de escravos, raptaram milhões de africanos negros da sua terra natal e venderam-nos como escravos para a América e para as ilhas das Caraíbas. Não se pode excluir a responsabilidade nacional neste processo, uma vez que, com a descoberta do Brasil, se concluiu também que os aborígenes eram um povo insolente e preguiçoso, para além de mais frágil, em termos de saúde. Os africanos, ao invés, mostravam-se submissos e fisicamente resistentes (daí o “transporte” de africanos para o continente americano). O desenvolvimento da escravatura na América era normalmente explicado pela necessidade de mão de obra, já que era este o modo como os brancos viam os africanos; os indígenas brasileiros, por exemplo, não se adaptavam às exigências mais sofisticadas do europeu, e por isso tornou-se difícil a utilização destes “trabalhadores” para a reprodução, ao estilo português, das vilas e cidades do continente europeu. Mais, a migração forçada de africanos e a institucionalização da escravatura era ainda justificada por conceitos culturais bastante enraizados na Europa (compleições negras sugeririam imagens do Mal personificado ou do filho negro de Noé, condenado pelos seus pecados. Estas metáforas bíblicas reforçavam preconceitos culturais contra a própria cor negra – preto como um sujo, um diabo, um pecador, um ser inferior). Depois, tal como com os índios, havia a questão religiosa: da perspectiva cristã, os africanos não tinham religião, nem qualquer relação espiritual com o verdadeiro Deus; eram somente pagãos que adoravam demónios disfarçados de deuses. Estas noções legitimavam a escravatura como uma instituição missionária, uma maneira de salvar as almas das tentações de Satanás. Aos olhos europeus, os africanos

primordial da doutrina colonial europeia relativamente aos territórios ultramarinos, uma ideologia que não oferecia, na sua essência, grandes diferenças entre os vários países colonizadores: alicerçada na ideia da superioridade da “raça branca” ou da “civilização ocidental” (quer se empregassem critérios civilizacionais ou até biológicos para instituir essa mesma supremacia dos europeus), o pressuposto da legitimidade da conquista e exploração dos territórios e povos de África quase não era rebatido.

A ocupação de África - não se pode escamotear a verdade - não foi um fenómeno pacífico e bem aceite pelas populações locais; mesmo em períodos de aparente “paz social”, era reprimida sempre uma dose (ainda que residual) de descontentamento e antagonismo relativamente à administração colonial e a quem a praticava ou impunha (alguns relatórios militares sobre a Baixa de Cassange, por exemplo, confirmavam inclusive que os indígenas tinham vontade de trabalhar nos campos de algodão mas que gostariam que não fossem utilizados processos violentos e castigos corporais, nomeadamente através de “cavalo-marinho”; ou que, enquanto agricultores, tivessem tempo para cultivar as suas próprias terras³⁰).

Até à Conferência de Berlim (1884-1885), onde se deu a partição de África, o direito de ocupação colonial assentava no “direito histórico” da primazia das descobertas³¹: “(...) in the colonial era (...) interests and ethics reinforced each other. Control over foreign territory was justified by the great powers as a way for the civilized nations of the world to bring economic development and political

eram selvagens por possuírem um modo de vida que não fazia sentido para os brancos; simbolizavam a antítese dos ideais sociais europeus.

³⁰ “Marvin Harris, a young assistant professor of anthropology at Columbia University—at which, decades before, Gilberto Freyre had finished his doctoral work—denounced the continuation of forms of slave labor that characterized Portuguese colonialism, following fieldwork he had done in Mozambique between 1956 and 1967. Meanwhile, another American, James Duffy, a professor at Brandeis University who had finished a thesis at Harvard in 1952, visited Angola and Mozambique between 1955 and 1956 and published a series of texts from 1959 on, in which he made the same type of denouncements” (e-JPH, Vol. 11, number 1, Summer 2013, página 6).

³¹ A produção antropológica do século XVIII marcou, indubitavelmente, uma mentalidade; foi transmitindo conhecimentos distorcidos e falsos, desenvolvendo uma visão imperialista, e coincidindo com a difusão da ideia de que os europeus eram a criação máxima da natureza e o africano era selvagem (suportada pela teoria evolucionista, infelizmente, ainda hoje, com resquícios).

enlightenment to those who would otherwise be without them (...) colonial occupation was a kind of charitable act” (MARTEN, 2004: 65).

No entanto, Portugal, enquanto país pequeno, e com pouca capacidade para se impor pela força, não poderia ocupar grandes extensões do continente africano³², e por isso procurou relacionar-se de forma mais hábil com os habitantes das redondezas³³ para obter vantagens comerciais³⁴ (em Moçambique, por exemplo, a aproximação da administração portuguesa às comunidades muçulmanas deu-se de diferentes maneiras: através do estudo sistemático dessa população utilizando uma “antropologia colonial”, e construindo mesquitas; e na Guiné, mais tarde, pela acentuação de um discurso integrador: Spínola falava constantemente para os guinéus, abrindo assim fraturas insanáveis entre guineenses e cabo-verdianos; os programas radiofónicos procuravam atingir os guineenses que estavam nos países limítrofes, de modo a abalar as crenças das populações evadidas ou ao abrigo do PAIGC).

Os princípios em que esta ação se cimentou podem sintetizar-se numa tentativa de unidade política do todo nacional (ainda que em áreas geográficas distintas), no uso da língua portuguesa como fator unificador e cultural (de que a CPLP é o expoente máximo), na implementação de modelos de administração pública e judicial decalcados dos da metrópole, e por fim, numa mística, uma fé, um espírito de missão³⁵, que tantas vezes fez os portugueses suplantarem-se a si próprios: “O que

³² O Ato Colonial, de 8 de julho de 1930, no seu artigo 2º, sublinha a “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”, herança das ideologias racistas do “darwinismo social” do século XIX. Portugal adotou, portanto, como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas, baseada no pressuposto de que possuía uma predisposição especial, pela sua “superioridade” moral e material, pelo temperamento das suas gentes e pelos encontros e experiências coloniais anteriores.

³³ Marechal Spínola, em entrevista, “os portugueses têm qualidades de captação da vontade dos Africanos que os outros não tinham” (GUERRA, 2000: 68).

³⁴ Era uma colonização de exploração, embora a “historiografia oficial” (onde o colonialismo português do século XIX aparece como o prolongamento das descobertas e da expansão) defendesse a tese segundo a qual Portugal desenvolveu as colónias por razões não económicas.

³⁵ A constatação da existência de mitos coletivos salienta a importância do elemento mítico-psicológico em toda a História de Portugal.

sempre continua é o povo, seja qual for o triunfo ou a catástrofe a que os responsáveis o conduzem. Na estaca onde estiver, desta tem de partir-se olhando o passado só para colher lições, nunca para ignorar responsabilidades e sempre contribuindo humildemente, no pouco ou no muito que for possível, para uma soma de energias à procura de um novo amanhã que canta” (MOREIRA, 1977: 55).

II.1. “Nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo”³⁶

Iniciada a epopeia lusitana por “mares nunca dantes navegados”³⁷, com a tomada de Ceuta (cuja conquista foi considerada serviço de Deus³⁸), os pioneiros da globalização levavam já o verdadeiro caráter português, “o peito ilustre lusitano”: o espírito messiânico e de aventura (um dos seus outros mitos fundadores, o Quinto Império³⁹), um enorme sentimento de independência e uma ânsia de liberdade (um individualismo paradoxalmente solidário, mas que é muitas vezes antissocial, e se revolta contra as leis e as organizações), e a nossa saudade⁴⁰. Uma mentalidade

³⁶ Fernando Pessoa.

³⁷ No século XV, Portugal era um país pobre, rodeado de mar e dos reinos de Castela e Aragão. A opção marítima pareceu, portanto, mais viável.

³⁸ A Bula *Romanus Pontifex*, conferida a 8 de janeiro de 1454 pelo Papa Nicolau V, atribuía a D. Afonso V o exclusivo das terras e mares conquistados ou a conquistar, para permitir e cobrir a ação de cruzada contra o “infiel” e a catequização do “gentio”. Com a assinatura, em 1494, do acordo estratégico do Tratado de Tordesilhas, definiram-se as esferas de influência portuguesa e castelhana, dando-se início ao primeiro sistema mundial. Quatro anos mais tarde, Vasco da Gama viria a descobrir o Caminho Marítimo para a Índia pela circum-navegação de África, tornando Portugal no principal poder naval oceânico da época.

³⁹ O mito do Quinto Império surge na Bíblia e torna-se mito nas interpretações que sucederam ao longo dos tempos. Em Portugal, Bandarra (1500?-1556), Padre António Vieira (1608-1697) e Fernando Pessoa (1888-1935) reformularam-no, sendo que Pessoa anuncia um novo império civilizacional, que acredita ser o português. O intenso sofrimento patriótico leva-o a antever um império que se encontra para além do material, isto é, um império espiritual.

⁴⁰ Este caráter do “Português” é, em si mesmo, a chave da espantosa irredutibilidade portuguesa e da sobrevivência nacional, e razão fundamental da sua independência ao longo dos séculos (nomeadamente na luta com o vizinho fronteiriço). Um sentimento tão profundo de liberdade dificilmente suportaria situações de vassalagem ou dependência.

complexa, repleta de antíteses, uma mescla de influências, urdida por Celtas⁴¹, Iberos, Viriato e os seus Lusos, Romanos, Germânicos, Mouros, e ainda outros, Orientais, mesmo antes da nacionalidade. Até porque nenhuma cultura (*lato sensu*) pode ser explicada isoladamente; os sistemas culturais apenas se podem identificar nas relações de oposição e divergência com outras formas de olhar e representar a realidade, e de se posicionar ante ela. Como escrevem Artur Teodoro de Matos e Mário Lages: “A presença de várias culturas no mesmo território leva a que mutuamente se afirmem no resguardo da sua identidade”.

O Português é, assim, e antes de tudo o resto, um ser “profundamente humano”, para usar a expressão do antropólogo Jorge Dias: é o protótipo do homem de ação, mas também idealista e sonhador⁴²; o poeta contemplativo, do romantismo e do fatalismo⁴³, da emoção e do Fado, sem grande sentido de humor, mas com um dilacerante sarcasmo (tomem-se os *Autos* de moralidade de Gil Vicente); aquele que, como Pessoa descreveu na sua *Mensagem*, luta pela redenção do ser, e é, simultaneamente, um cosmopolita (não tão espontâneo como outros povos do Mediterrâneo), que descobriu a ideia de descobrir; que acredita na esperança (e na regeneração da grandeza perdida), no providencialismo do povo, e aguarda por soluções milagrosas (recorde-se a Batalha de Ourique, em 1139, em que Cristo teria aparecido a Afonso Henriques⁴⁴, e o Sebastianismo⁴⁵, só para dar alguns exemplos),

⁴¹ Em 1915, Aubrey Bell diria que “In some measure those who know the Irish peasant know the Portuguese, and those who know the Irish will realise from this comparison what a delightful mine of interest is here to hand. Indeed, if you take the Irish peasantry, add hot sun, a spice of the East, and perhaps something of the negro's vanity and slight hold on life, you have the Portuguese. The quick intelligence, the dreaming melancholy, the slyness and love of intrigue, the wit and imagination are here, and the power of expression in words. Generosity, too, and habits as unpractical as could be desired” (BELL, 2013: 21).

⁴² “Sempre que alguém entra em discutir o caráter do povo português, pode adivinhar-se que, a certa altura da análise, dirá que uma das mais notáveis faculdades do nosso espírito é o excesso de imaginação. Por um acaso inexplicável, esta apreciação vulgar resulta justa”, Fernando Pessoa.

⁴³ Miguel de Unamuno, ensaísta, poeta e filósofo espanhol, escreve que Portugal é um país “triste, mesmo quando sorri”, com tendências suicidas.

⁴⁴ O verdadeiro mito da bandeira, presente nas quinas.

⁴⁵ O Sebastianismo nem sequer é um mito original (há o Rei Arthur, por exemplo, e outros monarcas em países do Norte da Europa e na Alemanha), mas é provavelmente o mais presente na História

inclinando-se a admitir sinais suplementares de Revelação, como forma de “cumprir Portugal”.

Mas a par destas características, foram-se vendo os defeitos (ou as debilidades, como se preferir); aqueles, próprios de um povo (outro) grande: uma certa decadência (expressa, por exemplo, na Inquisição e na expulsão dos judeus), a denúncia, que asfixia o pensamento, a falta de persistência e planeamento (que acaba por aguçar o improvisado), a preguiça e alguma incúria, o complexo de inferioridade, uma (infeliz) consciência, quase doentia, de que ser periférico (finisterra) e a cauda da Europa é apenas mau, a inveja, a imitação bacoca e por vezes obnoxia (quando o caráter já não se apresenta tão forte, e se vai suavizando), um desmesurado apego à terra (apesar das vagas de emigração), a tristeza.

A empreitada, primeiramente no Norte de África e nos Arquipélagos Atlânticos, depois na Índia e Extremo Oriente, mais tarde no Brasil e, finalmente, em África⁴⁶ (demonstrando, desde logo, a vocação atlântica – e o mar como destino, muito mais do que a europeia⁴⁷), seguia um modelo político-estratégico ancorado em três pilares: o religioso, o comercial e o militar. Os portugueses de imediato começavam a sua ação evangelizadora (não tendo estado imunes às conversões em massa, ou ao uso da força, com contornos políticos, estes primeiros colonos preferiam a palavra, a persuasão); na maioria dos casos, os membros do clero e das ordens religiosas integravam-se nas diferentes comunidades nativas (mobilidade), estudavam a sua língua, os usos e

Portuguesa: é uma forma de consolo para o desastre e para a inação, exprime este drama de um país moribundo, a necessitar de acreditar de novo nas suas capacidades e nos valores de antigamente; é entorpecente, conservador, põe o destino nas mãos de outrem (a sorte ou o azar, uma fé supersticiosa, quase primitiva); revela-se em expressões da Língua Portuguesa tão populares como “Cá vamos andando, como Deus quer”; mas é, por outro lado, incitador de esperança, e faz almejar por mudança (ainda que sempre dependente de um qualquer fator externo).

⁴⁶ Uma *superextensão* de território.

⁴⁷ Provavelmente, o mar é mesmo o que de mais unificador Portugal tem. Almir de Andrade, sociólogo brasileiro, menciona uma formação psicológica e social portuguesa “antieuropeia”: as suas qualidades enquanto povo colonizador e os seus defeitos enquanto nação europeia seriam exatamente a mesma coisa.

costumes e, parcimoniosamente, iam passando a doutrina cristã⁴⁸. E os casamentos mistos⁴⁹ eram frequentes, também consequência de uma reduzida emigração de mulheres portuguesas logo desde o início da colonização. A miscigenação, aclamada como uma característica identitária (a consciência de *raça* era praticamente inexistente) dava-se, aparentemente, sem qualquer preconceito racial, também fora do casamento, até por uma vincada preferência por mulheres de outras raças. O “não racismo” português ou, pelo menos, a ideia de um racismo “diferente” do dos outros povos continuava (e continua) a parecer a coisa mais natural do mundo⁵⁰. Quatro décadas depois da revolução e da descolonização, a família, a escola, o homem da rua, o militar, o político ou o cientista, prosseguem na reprodução da imagem do sanguinário espanhol que destruía e matava os índios da América, do inglês e do francês que exploravam os indígenas das suas colónias até aos limites, do norte-americano que segregava e discriminava odiosamente os negros, e do português que, “harmoniosamente”, fraternizava e se misturava com os povos de todas as latitudes: “In the Union of South Africa, and to some extent in the South of the United States, the racial segregation works the most stringently. But in the North of the United States, and in many parts of British Africa, it is much less strong. There seems to be no such segregation in Portuguese Angola, and a European government officer may marry a native woman and set up a household which earns respect and recognition of a full social status” (FIRTH, 1947: 25-26)⁵¹.

⁴⁸ Adotou-se o cristianismo templário, até D. João III, e o catolicismo após essa época, como orientadores das relações entre os povos.

⁴⁹ Estas cerimónias funcionavam como rituais de passagem, e os mestiços e/ou convertidos eram um produto *in-between*, e portanto, também por isso, frequentemente estigmatizados.

⁵⁰ Num estudo muito recente da Universidade do Minho, sobre as representações dos Veteranos da Guerra Colonial, resposta à pergunta se se considerava racista, e qual a sua perceção dos Africanos na altura da Guerra Colonial: “I always saw them positively. The ones that didn’t harm me, right? (...) There were moments they even helped us. I was never a racist because I never saw a reason for it. In the first place I always saw the human being” (CABECINHAS, 2013: 82). Charles Boxer, ao contrário, historiador britânico do século XX, notável conhecedor da história colonial portuguesa e holandesa, recusou a reivindicação de que os portugueses não eram racistas.

⁵¹ Cabo Verde é, contudo, um caso especial: alguns dos chavões da narrativa dominante incluem noções como as de que o arquipélago não é nem África nem Europa, ou que os cabo-verdianos são “nossos

Esta propensão para viver em afirmação refletiu-se no facto de os portugueses terem instalado, desde muito cedo, arsenais, fundições e estaleiros em pontos avançados nos seus domínios⁵², ao contrário de todos os outros povos europeus, que por razões culturais ou de segurança não o faziam. Sempre preferiram uma luta mais tática, mais envolvente, e não em campo de batalha raso (isto não significa, contudo, fuga ao combate); é também o testemunho da confiança que tinham nas populações locais onde se firmavam, de uma visão estratégica superior, da sua autoconfiança e motivação, e ainda, da sua intenção de ficar: uma tolerância (de raiz familiar) excecional, um poder de assimilação e adaptação, e uma aptidão de convivência tranquila com pessoas de outras civilizações (a que não é alheia a já famosa tese do Luso-Tropicalismo, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre⁵³): “A singular predisposição

filhos, pretos especiais”, nas palavras de Salazar; é a ilha dos mulatos, a prova da “harmonia racial” do Luso-Tropicalismo. E até muitos dos próprios cabo-verdianos incorporaram este conceito, ao ponto de tal ambiguidade - produzida e alimentada pelos portugueses - fazer parte da sua definição de identidade (com isto vem a questão da mestiçagem, que alguns cabo-verdianos da nova geração definem como uma “violência”, já que se pensa automaticamente em violação sexual de uma africana por um europeu; é por isso que a cor da pele é uma recordação contínua do impacto do colonialismo e da escravatura). Nos antípodas, está a história imaginada de que a mestiçagem começou no arquipélago (fruto, obviamente, da historiografia portuguesa): o país olha para si próprio como a nação que tem mais mestiçagem em África, o que fez com que muitos cabo-verdianos exigissem ter um papel diferente na hierarquia colonial.

⁵² A supremacia naval portuguesa, na costa oriental africana, seria assegurada pela construção das fortificações em Sofala (1505), Moçambique (1506), e também através de uma aliança com o Sultão de Melinde. Os grandes mercados e os caminhos para o seu acesso naquela costa situavam-se entre os rios Zambeze e Limpopo e, para o interior, estendiam-se países ricos em ouro e marfim.

⁵³ O Luso-Tropicalismo pressupõe a existência de uma civilização original, erigida sobre os alicerces advindos da aventura expansionista portuguesa por zonas tropicais do globo, e também do modo particular dos portugueses se relacionarem com as populações nativas. Esta interação mútua, esta plasticidade intrínseca, sem se esquecer a contribuição, ainda, de Mouros e Judeus, teria influência em várias dimensões da vida quotidiana (o estilo de vestir, a culinária, o comportamento social, rituais religiosos, que tornaram estas sociedades híbridas na sua composição etnocultural). Esta teoria foi ainda aproveitada pelo regime autoritário do Estado-Novo, para defender o seu Império Colonial (o mais longo da História), sobretudo contra pressões externas, nomeadamente pós-1945 (as Nações Unidas lideravam uma campanha anticolonialista em África, mas Portugal nunca permitiu o debate sobre o assunto, e a ideia centralista característica do regime contribuiu imenso para dificultar esse processo. O

do português para a colonização híbrida e escravocrata explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana, quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escrava; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a dureza doutrinária e moral da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canónica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio carácter do povo. A Europa reinando mas sem governar: governando antes a África” (FREYRE, 2003: 66). Para além disso, as condições físicas de Portugal, nomeadamente no sul do país, eram bastante parecidas com as do Norte de África ou de outras regiões da zona tropical, o que era, por si só, uma vantagem comparativamente a outras nações europeias (especialmente as do Norte da Europa), favorecendo exponencialmente esta acomodação (aclimatibilidade). A antropologia⁵⁴ e a história eram então convocadas para confirmar a existência dessas capacidades que distinguiram o comportamento do colono português⁵⁵.

país fechou-se em si próprio, e o regime chegou mesmo a negar a existência de qualquer tipo de situação colonial, já que tinha integrado os territórios ultramarinos no corpo da Nação, consagrando o “status quo” na revisão constitucional de 1951). No entanto, alguns autores afirmam que as teses do Luso-Tropicalismo são inadequadas para explicar as realidades sociais decorrentes da colonização em África: com colónias em distintas regiões do continente africano, desde o século XV até ao terceiro quartel do século XX, a “política colonial portuguesa” (que existia!) não poderia nunca ter sido uma.

⁵⁴ “It is wide recognized that there was an important link between the development of anthropology and the colonial period. In that time, most of the anthropological knowledge was used to provide specific information to those Imperial powers who needed to know the «other» in order to govern and to «imperare» (to produce the supreme law) over him” (ERCOLANI, 2013: 43).

⁵⁵ “The historian Armando Cortesão stressed the exceptional character of the Portuguese for having gained «experience in their colonies with dealing with indigenous peoples and understanding their problems—which greatly contributed to the Portuguese way: friendly, affable and devoid of racial prejudice—which was unique among the colonizing nations and, as a result, we were never caught up with and much less bypassed»” (e-JPH, Vol. 11, number 1, Summer 2013, página 9).

Esta comunhão de afetos⁵⁶, a transmissão do sangue, da alma, da língua, uma certa visão paternalista, e em última análise, a vida em comunidade, são maneiras elevadas de entender as relações entre os povos. É (tem sido) este o “segredo” da ação lusa no mundo⁵⁷. Até porque, como afirma Adriano Moreira no seu *A Nação Abandonada*, “sabemos que os Impérios morrem, os governos passam, as raças misturam-se e que de tudo o que é humano só a cultura tem a vocação da eternidade”.

II.2. “Foram-se-nos mais de três partes do Império de Além-Mar...”⁵⁸

Uma (nova mas recorrente) alegada ameaça de absorção pelo vizinho espanhol - um devaneio imperialista da direita espanhola que desde 1640 “sonha” com uma Península Ibérica sob o domínio de Madrid - despertou um sentimento de medo da perda da identidade nacional durante o século XX, o que fez surgir uma forte necessidade de segurar os territórios ultramarinos para a sobrevivência da nação portuguesa independente⁵⁹. Era, no fundo, o imaginário fabricado, de uma ideologia quase fóssil, de que a identidade nacional estava, afinal, relacionada com a existência de territórios ultramarinos⁶⁰; perdê-los seria um regresso ao século XV (logo, à miséria, sobretudo espiritual).

⁵⁶ Inês de Castro, enquanto mito da nacionalidade, valoriza a importância dos afetos. O sentimento amoroso é muito forte em todas as classes sociais, e é irrefutável a permanência dessa característica através dos tempos. Esta afetividade revela-se também em relação aos parentes, vizinhos, amigos: o Português não gosta de ver sofrer (o touro não morre em Portugal, por exemplo), e odeia finais trágicos (não existe pena de morte).

⁵⁷ Manuel José Homem de Mello também fala desta “proverbial maneira dos Portugueses saberem conviver com os povos tropicais”.

⁵⁸ Mouzinho de Albuquerque.

⁵⁹ O pensamento jurídico-colonial era tal que os cidadãos – portugueses europeus (homens e mulheres brancos, nascidos em Portugal, educados e com bens) – reconheciam-se a si mesmos o direito de governarem os seus “súbditos” mais atrasados, rumo à civilização.

⁶⁰ Desde a independência do Brasil, em 1822 (gritada no Ipiranga, curiosamente, por D. Pedro I, Imperador do Brasil), até ao século XX, Portugal saiu da Monarquia para um sistema liberal estabelecido numa sociedade maioritariamente tradicional e rural, mas dominada por uma mentalidade aristocrática:

A proclamação da República em Portugal, em 1910, trouxe novas expectativas a muitos dos “naturais das colónias”, e mesmo aos “nativos”, ávidos de partilhar os ideais republicanos de liberdade, igualdade e dignidade, mas a política colonial não teve mudanças substanciais, nem mesmo com a criação do Ministério das Colónias, em setembro de 1911⁶¹. Aliás, já depois da República, no chamado *Regulamento do Trabalho Indígena*, na sua versão de 1914, lia-se: “Os portugueses são, de todos os colonizadores, os que melhor e mais facilmente trazem ao seu domínio os povos africanos, pois que não temos o preconceito exagerado da separação de raças e somos levados, pelo nosso modo de ser, a tratar o indígena com tolerância e bondade, respeitando-lhes os usos e instituições, tanto quanto possível. Se em África sofremos a influência do preto, auxiliado pela do clima que inibe o europeu de se entregar aos trabalhos mais rudes, e que nos levou, a pouco e pouco, a considerá-lo como devendo ser-nos sempre subordinado e inferior, a verdade é que nunca chegámos a excessos que noutros países se praticaram e se praticam talvez ainda, porque tivemos sempre para com eles sistemas que fazem com que sejamos o país que tem menor percentagem de tropas para a ocupação e domínio das colónias que administramos, e certamente um daqueles que menos, e menos cruéis guerras indígenas temos

a predileção pela forma em detrimento do conteúdo, o diletantismo que impede a fixação num trabalho sério e interessante, a atitude “romântica” perante a vida, que consiste em desculpar, sistematicamente, os próprios erros e falhas, e dizer “Tudo culpa da sociedade” (a verdadeira decadência, admiravelmente descrita por Eça de Queirós e a sua Geração de 70). Passou para uma República em 1910 (onde as abordagens de Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, António Sérgio e Raul Proença introduziram uma nova dinâmica aos ideais patrióticos) para depois viver aprisionado no Estado Novo (1933-1974).

⁶¹ “Aconteceu entretanto, por imposição de poucos, que os portugueses, pretos, mestiços e brancos, dessa África onde se derramaram tantas das melhores energias nacionais, passaram a integrar a Nação peregrina em terra alheia, sem terem participado na decisão. Estes não são emigrantes, são abandonados (...) A apregoada generosidade revolucionária, foi racista. Convertidos à nacionalidade, servidores de Portugal durante gerações, tendo lutado de armas na mão ao lado das tropas europeias que se revoltaram, encontraram-se entregues sem opção a poderes vingativos que não escolheram (...) São homens. Portugueses ninguém os pode impedir de se sentirem, mas o governo não é obrigado a aceitar o voto. Ficam uma minoria pária, num mar encapelado de racismo porque a metrópole pragmaticamente os repudiou, e na terra de origem os discriminam” (MOREIRA, 1977: 23-25).

sustentado” (Decreto nº 951, publicado no Diário do Governo nº 187, de 14 de outubro).

Embora a herança do poder escravocrata fosse ainda pesada⁶², o modelo de gestão colonial português⁶³ era, por assim dizer, o da *assimilação*⁶⁴ (a assimilação física dissolvia a diferença física), em oposição à *indirect rule*⁶⁵ dos britânicos, e ao *apartheid* sul-africano. A ascensão social e económica de famílias nativas face a uma administração colonial pouco numerosa (“dinamismo” da *escravidão*⁶⁶) acabou por acontecer naturalmente, e alguns elementos da população negra alcançaram até cargos de destaque, nomeadamente a nível religioso (as missões, espalhadas ao longo

⁶² Entre 1890 e 1940, formularam-se e implementaram-se, em Moçambique, as bases do regulamento colonial, onde se visava e legitimava a marginalização dos negros; e em Angola poucos portugueses distinguiam raça e cultura – mas de facto, esta regra estava repleta de exceções.

⁶³ Entre 1951 e 1952, Gilberto Freyre visitou Angola, defendendo que o Brasil era um dos melhores exemplos de que a política de assimilação estava correta. Sobre isto, mencionou o seguinte: “Pode-se acompanhar em tempo reduzido, todo um esforço de colonização que venha, como o português na África através de séculos e não simplesmente de anos, procurando formas, senão ideais, congeniais de acomodação de valores e povoadores europeus à natureza e às culturas tropicalmente africanas. Acomodação através de conflitos e de intransigências de lado a lado e não apenas de transigências suaves e fáceis. Mas acomodação e não rude dominação dos nativos pelos intrusos, como no caso de outros espaços africanos violados ou corrompidos pela presença imperialmente europeia” (FREYRE, 2001: 372).

⁶⁴ A Teoria Funcionalista de David Mitrany defende que o processo de integração regional deve ocorrer pelo compartilhamento da soberania com funções que seriam exercidas conjuntamente - a cooperação no campo técnico poderia promover a unificação económica que no fim levaria a uma unificação política entre os Estados, eventualmente estabelecendo a paz no sistema internacional (NELSEN, 1994: 77-97).

⁶⁵ As colónias britânicas eram governadas através de estruturas de poder locais pré-existentes, supervisionadas por conselheiros britânicos (*Pax Britannica*).

⁶⁶ “Escravidão de estilo português que foi um prolongamento do estilo maometano: o de associar à cultura dominante em vez de utilizá-la apenas economicamente. A de torná-lo por vezes português e não apenas subportuguês: ou africano ou asiático ou americano a serviço do português. Daí a naturalidade com que o preto assimilado – ou apenas em começo de assimilação – diz-se, em terra portuguesa, português; e não bantu ou mandinga ou iorubano. Português é que ele é e se sente. E, sendo português, não se revolta tanto contra Portugal como o preto das colónias inglesas contra o inglês, o do Congo Belga contra os belgas, o da África do Sul contra os *boers*, até mesmo os indígenas de colónias francesas contra a França” (FREYRE, 2001: 363).

dos territórios, foram veículo de transmissão da língua e da cultura, criando as primeiras elites africanas, com forte presença de luso-descendentes⁶⁷; eram estes os primeiros ecos do Pan-Africanismo⁶⁸ na África Portuguesa).

De resto, também a propósito das suas forças⁶⁹, Portugal voltou-se incessantemente, e cada vez mais, para as colónias, com o objetivo de suprir a sua carência de efetivos militares (os exércitos sob comando português eram maioritariamente constituídos por africanos e os portugueses só intervinham diretamente em ocasiões mais complicadas). As tropas africanas representavam uma tradição de serviço ou colaboração com Portugal, desde os primórdios das colónias (“africanização”)⁷⁰; em quase todos os anos, entre 1575 e 1930, houve uma campanha colonial algures na África Portuguesa, e as forças auxiliares e irregulares africanas provaram ser imprescindíveis; os conhecimentos que as forças africanas teriam dos territórios, das línguas e de outras características locais seriam uma mais-valia para vencer uma guerra de guerrilha; para além disso, poderia evitar-se que um número crescente de africanos com formação militar se juntasse aos exércitos dos movimentos

⁶⁷ E porque a História é cíclica, é outro luso-descendente, Luaty Beirão, a erguer-se pela Democracia noutro momento crítico da vida política de Angola.

⁶⁸ O Pan-Africanismo é uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, foi sobretudo gerado e disseminado nos anos 20, por grupos de intelectuais fora de África, descendentes dos escravos africanos que foram levados para as Américas até ao século XIX (cf. W.E.B. Du Bois).

⁶⁹ O sistema de defesa português sempre foi constituído por um corpo militar que emergia da população, de uma valentia estoica e histórica, com muitas vitórias improváveis. Desde a época medieval que se estruturavam corpos militares por regiões, onde era dado o direito aos não-fidalgos de participar na Hoste Real.

⁷⁰ A longa experiência de “africanização” das nossas forças em África foi seguida no plano desenvolvido em 1968, com o objetivo de nivelar os esforços de recrutamento na Metrópole e expandir a força aos valores desejados através do recrutamento cada vez maior no Ultramar. Tinha, no entanto, a oposição dos setores mais conservadores, inclusive do aparelho militar, para quem os Africanos continuavam a ser apenas e só “terroristas”. Curiosamente, décadas mais tarde (1996), é lançado nos Estados Unidos o livro *All That We Can Be: Black Leadership and racial integration the Army Way*, de Charles Moskos e John Sibley Butler, onde se afirma que o Exército Americano é a instituição mais bem sucedida no que a relações raciais diz respeito.

de libertação; e ainda que as mortes em combate de soldados oriundos de Portugal diminuísse (houve, claro está, irmãos divididos por entre os rebeldes e as forças portuguesas). Durante a I Guerra Mundial, por exemplo, Portugal combateu em França, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique. Muitas companhias de pessoal indígena foram formadas e treinadas sob as mais difíceis condições, e tiveram um desempenho admirável na defesa de Moçambique contra incursões alemãs (claro que, no final das hostilidades, apenas aqueles com quem os nativos tinham combatido pareciam apreciar essa contribuição, já que na Metrópole permanecia obscura⁷¹).

Os portugueses de diferentes orientações políticas, até meados do século XX, não fizeram discursos assim tão díspares dos seus congêneres franceses, belgas ou ingleses. Escassos, mesmo, foram os que defenderam a renúncia aos impérios africanos: monárquicos, republicanos, fascistas, liberais, democratas, todos divergiram, é certo, quanto aos métodos a utilizar, mas nunca estiveram em desacordo quanto à legitimidade (e aqui, leia-se, lei e direito divino, qualquer que esse seja) do domínio europeu. Armino Monteiro, ministro das Colónias (1931-1935) via a missão imperial como expressão de um ideal coletivo, noção que retomava o pensamento das elites portuguesas do século XIX, reforçando a função “integradora” do projeto colonial. Monteiro acreditava também que a seleção natural levaria ao fim de parte das raças negras, conservando-se apenas algumas para povoamento da selva. Considerava-as “educáveis”, mas dentro de certos limites, já que as raças inferiores teriam sempre um estatuto subordinado e inferior. Esta conceção era obviamente popular entre a elite vigente, mas absolutamente rejeitada por Norton de Matos, por exemplo (seguindo a corrente do pensamento liberal e humanitário oitocentista), que se insurgia contra o trabalho forçado, e era favorável à criação, em África, de sociedades igualitárias onde o negro pudesse desempenhar funções um pouco mais dignas que o simples esforço braçal⁷² (mesmo a dita ala “esquerda” nas nações imperialistas mais importantes levou

⁷¹ Os Oficiais de carreira, supostamente com mais cultura, eram os únicos a escrever “crónicas” dos feitos africanos; como não comandavam estas tropas, não lhes interessava engrandecer o seu desempenho, pois ao fazê-lo, estariam a elevar os Oficiais tarimbeiros (aqueles que efetuavam o seu percurso desde Soldado), que realmente as comandavam.

⁷² “I swear to the Lord / I still can’t see / Why Democracy means / Everybody but me”, Langston Hughes (SHAPIRO, 2006: 375).

o seu tempo a adotar, com todas as suas implicações, o princípio do direito à autodeterminação dos povos de África⁷³).

Ora, em tal conjuntura⁷⁴, e seguindo a ideia de que África era um prolongamento natural do Ocidente, com a transformação das colónias em províncias ultramarinas (se eram legalmente províncias, não podiam ser amputadas ao todo nacional; Portugal era, oficialmente, com a revisão constitucional de 1951, um estado “unitário, pluricontinental e plurirracial”⁷⁵), Salazar permaneceu “de passo trocado”, facto aliás patenteado no “Estatuto do Indígena”, de 1954 (abolido em 1961 por Adriano Moreira), onde se recusava a cidadania à grande maioria da população de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde⁷⁶ e São Tomé e Príncipe⁷⁷. O entendimento

⁷³ Na Carta do Atlântico, a 14 de agosto de 1941, assinada por Roosevelt e Churchill, ficou estabelecido que cada povo tem o direito de escolher a forma de governo sob a qual deve viver. No entanto, o fundamento jurídico da descolonização (direito à autodeterminação dos povos), só ficaria consagrado na Carta das Nações Unidas, assinada na cidade de S. Francisco, a 26 de junho de 1945.

⁷⁴ O início da Guerra Fria coincidiu, por isso, com o fim do colonialismo; numa primeira fase, os dois blocos pareceram convergir: a URSS cedo apoiou as reivindicações dos países colonizados (apelidados de “Terceiro Mundo”), e os EUA também não estavam dispostos a defender o colonialismo europeu. Mais tarde, a URSS passou a promover ostensivamente o anticolonialismo na Ásia e em África (com apoios inclusive aos movimentos nacionalistas), enquanto os americanos se limitavam à solidariedade para com os aliados da Europa, com um interesse residual no continente - especialmente após o apoio declarado pelo então senador Kennedy à independência da Argélia, em 1957. Em 1961, quando chegou a Presidente, reformulou por completo a política externa norte-americana, alterando também o relacionamento bilateral com Portugal.

⁷⁵ Mas o Tenente-Coronel Salgueiro Maia, Alferes em 1967, em Moçambique, viria a afirmar: “Tudo aquilo que a propaganda apregoava, o tal Portugal uno, indivisível, inalienável e multirracial, mais não sei quantos, era uma fraude” (GUERRA, 2000: 35). A diversidade étnica, cultural e religiosa não era visível na sociedade e na população metropolitanas; e a ausência de tradições democráticas conduzia a um carácter fechado da sociedade, mas com um litoral já muito diferente do seu interior.

⁷⁶ Todos os habitantes do império colonial português foram considerados cidadãos em 1822; o Estatuto do Indigenato foi aplicado até à década de 60 em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau - a maioria da população nativa era indígena, à exceção dos assimilados (que tinham de cumprir determinados requisitos: comer à mesa com garfo e faca e falar português). Porém, a Cabo Verde foi reconhecido um estatuto especial: em 1947, os cabo-verdianos seriam reconhecidos como cidadãos e alguns foram até enviados para a Guiné-Bissau para fazer parte da administração colonial. O arquipélago fazia parte da estratégia do regime, era a prova de que Portugal não discriminava; que não detinha “colónias” (era a

cá (político) e por lá (militar) do porquê da manutenção das colónias não era o mesmo, e embora os exércitos sejam, por definição, a extensão do Governo⁷⁸, as ideias professadas pelos seus generais e pelos próprios soldados pareciam não coincidir⁷⁹.

chamada “teoria da integridade territorial”, de Minho a Timor). O nativo cabo-verdiano foi, durante muito tempo, visto como uma espécie de adjunto do sistema colonial, um cúmplice para dominar as outras colónias: em Angola e Moçambique, os cabo-verdianos são conhecidos como trabalhadores das plantações, chefes de posto, patrões. E esta herança continua a ser demasiado pesada, ainda hoje, nas relações com os vizinhos da África Ocidental (que dificilmente esquecem tamanha “traição” à Mãe África). Assumiram, no entanto, o papel inverso nas roças de São Tomé e Príncipe, para onde foram fazer trabalho forçado quase até à independência. Esta é, porém, uma narrativa que tem sido bastante silenciada na história cabo-verdiana.

⁷⁷ O principal sobressalto vivido em São Tomé Príncipe ocorreu em 1959, em Butepá. Tirando os anos 50, nada de especial aconteceu no território durante a Guerra Colonial, até 25 de abril de 1974.

⁷⁸ No traçado dessa grande estratégia, o diplomata e o militar devem avaliar as situações para que nenhum deles seja colocado em posições desconfortáveis no desempenho de sua função específica: o diplomata tem de saber qual o estado de prontamento das Forças Armadas, e o militar deve saber até onde o diplomata irá conduzir a sua ação, e em que linhas, a fim de poder avaliar que tipo de ação deverá adotar na hipótese de se recorrer à força, se malograda a negociação. Até porque “o Exército está ao serviço do Estado – com a condição de que haja um Estado” (General de Gaulle).

⁷⁹ As Forças Armadas são um serviço nacional; são uma componente de um Estado, um prolongamento da sociedade a que pertencem – razão porque são instituições nacionais e permanentes - mas é à Nação que, em última análise, prestarão contas. No caso de “descompasso” entre as Forças Armadas e a sociedade, ocorrem choques, ruturas e antagonismos, com graves danos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

CAPÍTULO III

“O MODO PORTUGUÊS”⁸⁰

Portugal foi o primeiro império global da História, sendo considerado o mais antigo dos impérios coloniais europeus modernos – abrangendo quase seis séculos de existência (desde 1415, com a conquista de Ceuta, até 1999, data da devolução da soberania sobre Macau à China). Também por isso foi o primeiro poder colonial a chegar a África e o último a sair.

Enquanto outros estados europeus estavam a conceder a independência às suas possessões africanas, Portugal “escolheu” ficar e lutar⁸¹, apesar das poucas probabilidades de êxito, vendo-se confrontado com a difícil empreitada de ganhar uma guerra de libertação nacional numa época em que não era prudente conservar um império colonial⁸².

Pelos padrões europeus de então, Portugal não possuía um aparelho económico forte o suficiente para poder suportar facilmente uma aventura militar tão distante e de tal envergadura. O facto de, no entanto, o ter feito com relativo sucesso, durante 13 anos, em três frentes distintas (e a milhares de quilómetros da sua Metrópole), permanece um feito extraordinário, particularmente para uma nação de meios tão modestos (CANN, 2012). Infelizmente, os líderes políticos portugueses mantiveram-se apartados da realidade, e os sucessos militares e sociais foram inteiramente desbaratados pela intransigência política.

Ainda assim, obviamente, a situação política nas colónias preocupava o regime, e entre 1956 e 1959, o Estado Português patrocinou um conjunto de investigações sociais nas suas possessões coloniais africanas, com três missões (*Missão de Estudos*

⁸⁰ A expressão “The Portuguese Way” foi largamente utilizada por John Cann, um dos únicos autores anglófonos a estudar a contrainsurreição portuguesa.

⁸¹ “Uma vez mais, a Nação que peregrina em terra alheia, ao redor do mundo, entregue a si própria, vai ter de mostrar-se capaz de manter-se acima das contingências políticas internas, ignorando decididamente as querelas partidárias, sem tempo para se ocupar das janeirinhas, porque sempre devotada a contribuir para a defesa daquilo que permanece, o Povo e a Cultura portuguesa, que transbordam dos limites do reduzido território nacional” (MOREIRA, 1977: 56).

⁸² “As colónias são o resto de maldição do nosso imperialismo absurdo”, Fernando Pessoa.

dos Movimentos Associativos em África, Missão para o Estudo da Atração das Grandes Cidades e do Bem Estar Rural no Ultramar Português, e Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português), com o objetivo de coordenar, estimular e promover o estudo das ocorrências políticas e sociais nas sociedades criadas em territórios ultramarinos. Para além disso, incentivava a emigração, criando autênticos colonatos de brancos em Angola e Moçambique⁸³. O regime de Salazar (na Metrópole) não soube, contudo, ler os sinais de revolta que lhe chegavam de outros recantos do mundo (ex-Congo Belga e Francês, Senegal, Nigéria, em 1960, e já antes, em 1944, a Indonésia, em 1947⁸⁴ a Índia, em 1948 a Birmânia – que resistia à ocupação japonesa – e depois o Ceilão, hoje Sri Lanka), e acabou sendo surpreendido, na sua “joia da coroa”, Angola, pelos acontecimentos que determinaram o massacre da Baixa de Cassange (os próprios militares atribuíram a violência à carência alimentar, aos abusos laborais praticados, com ódios acumulados por décadas de sofrimento e humilhação), o assalto às cadeias de 4 de fevereiro de 1961 (libertando presos políticos), e logo a seguir, o terror de março, com ataques atrozes a fazendas de colonos brancos. Estes massacres de civis, brancos, negros e mestiços, provocaram um choque profundo na opinião pública metropolitana pelas imagens difundidas via televisão, e pela crueza das fotografias na imprensa. Estas rebeliões armadas iniciavam assim a fase (irreversível) da luta armada no processo de libertação nacional.

Mas a abordagem portuguesa ao conflito, no terreno⁸⁵, era distinta, na medida em que procurava combinar a estratégia nacional de conter o custo da guerra e o fardo das colónias (poucos custos), com a solução em campo de batalha (conflito de

⁸³ O General Venâncio Deslandes foi nomeado Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola em junho de 1961 (sendo demitido pouco depois), lançando um vasto plano de fomento para o país de caráter social (estratégia de assimilação das populações), que incluía a criação de uma Universidade em Luanda.

⁸⁴ Aliás, em 1947 (com a França em esforço para conservar a Indochina, e com a Holanda prestes a perder parte substancial do seu antigo império asiático), realizou-se em Nova Deli, na Índia, uma conferência convocada por Nehru, Primeiro-Ministro da União Indiana, onde era apontada a necessidade de constituir um bloco de nações capazes de influenciar as decisões mundiais.

⁸⁵ Vitor Ramalho afirmaria que “O Estado tem uma visão que não é a visão da alma das gentes. O Estado (...) é uma instituição que não tem alma como o ser humano (...) não está lá o cunho do sentimento, da afetividade. E é isso que é necessário na cooperação” (GUERRA, 2000: 107).

baixa intensidade). O papel das Forças Armadas não se cingiu, por isso, a alcançar uma vitória militar imediata; protegendo as pessoas de ameaças, conquistando a sua confiança, impedindo o acesso de guerrilheiros às populações locais, às suas reservas de alimentos e de recrutamento, buscou conter a violência, através de ações de caráter psicológico e social⁸⁶, iniciativas essas que acabaram por incutir nas chefias rebeldes o respeito suficiente para induzir negociações políticas. Os militares portugueses cumpriram com todos estes requisitos.

Ainda hoje, a abordagem lógica e sistemática de Portugal ao seu desafio de insurgência guarda lições valiosas para qualquer nação forçada a empreender uma “pequena” guerra.

III. 1. Portugal e o Ultramar

É indispensável a moldura dos contextos internacional e nacional em que se inseriu a guerra de África para se entender a preparação e o entendimento dados ao conflito pelos seus maiores e mais preponderantes intervenientes.

Portugal, a nação (e não propriamente o seu aparelho de Estado), tinha percebido desde o início que não haveria soluções imediatas para a sua situação em África (e ainda que esta era uma guerra que dificilmente os militares venceriam sozinhos); e as descolonizações e independências da Argélia, da Indochina/Vietname, Malásia e Quênia faziam antever mudanças drásticas. O falhanço da operação anglo-francesa no Suez, em 1956 (que pôs em causa o prestígio da Velha Europa), sob pressão dos EUA e URSS, revelou ao governo português a tendência, a curto prazo, para o desenvolvimento dos nacionalismos africanos. Este afastamento norte-americano levou a uma reorientação do esforço do governo português para a defesa do Império, em detrimento da participação na NATO. Ao mesmo tempo, o nacionalismo africano, que estava intrinsecamente ligado à tomada de consciência negra, começava a

⁸⁶ No volume III “Ação Psicológica”, d’*O Exército na Guerra Subversiva*, pode ler-se: “dar apoio às autoridades civis, prestando-lhes informações, reforçando a ação da política ou atuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário”.

manifestar-se de formas plurais: movimentos anticoloniais, associações de estudantes, culturais e religiosas, precursoras dos principais movimentos independentistas.

Nos anos 50, o Exército estava a fazer um grande esforço de preparação para os desafios que se previam em África (havendo mesmo uma antecipação em relação aos factos históricos): através de diversas publicações do Instituto de Altos Estudos Militares e do Estado Maior do Exército, elaborou-se uma riquíssima doutrina para a guerra subversiva (que se viria a compilar no manual *O Exército na Guerra Subversiva*⁸⁷, editado em 1963). Em 1953, no IAEM, foi realizado um curso de 8 semanas (com 53 oficiais), denominado “Curso de Estado Maior de Pequenas Unidades/Curso das SS” (secção), com o objetivo de preparar os oficiais para funções de Estado-Maior nos batalhões e regimentos; em 1958/59, cinco oficiais foram enviados para o Intelligence Centre of the British Army para frequentar cursos de informações, e em 1959, para a Argélia, seis oficiais, para o Centre d’Instruction de Pacification et Centre-Guerrilla.

O resultado dos conhecimentos adquiridos materializou-se em relatórios valiosíssimos e na criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, em 1960 (para preparar unidades especiais de intervenção imediata para atuação em operações de segurança interna, de contrassubversão e de contraguerrilha). Em dezembro desse ano, com base na experiência britânica no Quénia, Malásia e Chipre⁸⁸, e fazendo adaptações do manual *Keeping the Peace – Duties in Support of the Civil Power* (The War Office, London, 1957), publicou-se o manual *Instruções para o Emprego das Forças Armadas em Apoio da Autoridade Civil*.

⁸⁷ Um manual de terreno, disposto em 5 volumes: Volume I – “Generalidades”; Volume II – “Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas”; Volume III – “Ação Psicológica” (este volume tinha notas complementares de sociologia e psicologia em anexo); Volume IV – “Apoio às Autoridades Civas”; Volume V – “Administração e Logística”.

⁸⁸ Mas já em 1908, alguns antropologistas haviam começado a treinar os administradores do Sudão: “Anthropologists are said to have provided the underlying discourses of racial domination and cultural superiority that paved the way for colonialism while supplying techniques and tools for rule over peoples as well. The issue is taken for granted; it is obvious: anthropologists went out to the tropics to study the natives who were under colonial domination” (LEWIS, 2014: 73). Em 1921, o International institute of African Languages and Cultures defendia o conhecimento antropológico como forma de resolver problemas que os administradores coloniais enfrentavam: “anthropology as a tool of empire”.

Curiosamente, nos Estados Unidos, na década de 50 (apesar da guerra do Vietname, 1954-1975), a doutrina demorava a materializar-se, e havia a tendência para considerar a contrainsurreição como um complemento da guerra convencional.

Os primeiros militares enviados para a guerra desconheciam a realidade social e geográfica de África. Foi nas matas de Angola, Moçambique⁸⁹ e Guiné⁹⁰ que os militares portugueses aprenderam tudo aquilo que ficava por estudar nos manuais da Academia Militar - nomeadamente que a estrutura dos insurgentes era tribal e a sua tática assimétrica. No entanto, sabiam como a vitória seria supostamente alcançada: “Although the doctrine was fresh from its writing and had been neither taught nor tested in the field, it was available and served as a guide in its raw form” (CANN, 2012: 355). O manual *O Exército na Guerra Subversiva*⁹¹ ia sendo constantemente aprimorado à medida que o conflito evoluía; pedia-se, por isso, que todos dessem a sua contribuição, recolhendo *lessons learned*, com propostas para uma (futura) edição melhorada.

Em 1961, Portugal mobilizou um exército (ciente de que a luta seria prolongada), transportou-o para milhares de quilómetros até às suas colónias africanas, estabeleceu grandes bases logísticas em localizações cruciais para o apoiar, equipou-o com armas especiais e material, treinou-o para um tipo de guerra tremendamente específico, sem experiência prévia, sem doutrina, ou até instrutores estrangeiros.

Todavia, uma revisão aos arquivos revela que Portugal modelou um estilo de contrassubversão distinto de outros países, e isso permitiu-lhe ultrapassar os seus maiores desafios geográficos e os seus recursos limitados, reduzindo os movimentos

⁸⁹ Nestes dois Teatros de Operações (TO) optou-se por uma estrutura mista com a combinação de organizações militares e civis – sendo o sucesso alcançado apenas a partir do momento em que foi possível harmonizar ambas as funções.

⁹⁰ Na Guiné, o modelo escolhido foi o de uma estrutura militar única, incorporando os deveres de Governador da Província nas funções de comandante-chefe, e favorecendo o princípio da unidade de comando (ideal para as situações de contrainsurreição).

⁹¹ Este manual assentava em quatro aspetos essenciais: 1 – as desordens são suprimidas com o mínimo de força; 2 – o sucesso atinge-se pela estreita cooperação entre as autoridades civis e militares, com uma única entidade responsável; 3 – as boas informações conseguem-se pela coordenação por uma única autoridade; 4 – a condução das operações é descentralizada até às pequenas unidades.

nacionalistas. Portugal tentou quebrar a organização dos movimentos nacionalistas através de operações de agentes, e contrariar a ação armada com força militar apropriada e com pressão diplomática (os Estados Unidos⁹², por exemplo, sentiram uma enorme dificuldade em compreender os fenómenos sociais, históricos e culturais que estavam na base dos movimentos de libertação em África). Desenvolveu a sua doutrina através do estudo das “French and British experiences and gleaned the lessons that they held for the Portuguese Africa” (CANN, 2012: 345), reorganizando o exército em pequenas unidades de infantaria: estas pequenas unidades de infantaria tinham a vantagem de se adaptarem ao ambiente de guerrilha, equalizando as forças (andamento lento e com poucos custos), mantendo o contacto com as populações e não as aterrorizando, e participando em projetos sociais (estes projetos sociais eram benignos e não acarretavam custos; além disso, demonstravam o comprometimento de Portugal para com os seus cidadãos africanos). Ao mesmo tempo, conseguiu proteger o povo do contacto com os insurgentes, e ganhar a sua lealdade, elevando as suas condições de vida e redirecionando as suas mágoas; havia um certo efeito multiplicador desta presença⁹³: “Uma das recomendações da ação psicológica é a da necessidade de estar presente no meio da população e conhecê-la, auscultá-la, sendo essa também uma tarefa do Exército (...) poderíamos usar uma expressão mais abrangente, «ação psicossocial» (...) não haveria uma separação de tarefas entre

⁹² Talvez porque as legítimas da frente marítima europeia tivessem sido, desde o início das Descobertas, divergentes entre si: para Portugal e Espanha era a colonização e Evangelização dos povos (motivo religioso), enquanto que para França era levar as luzes, expandir o racionalismo (Descartes), e para a Inglaterra, levar a Civilização aos povos (Kipling). As colónias americanas cultivavam ideais racionais de liberdade e igualdade, enfim, democráticos, e esta autoconfiança conjugou-se com uma insatisfação crescente com a metrópole que, em 1775, acabou por conduzir à Guerra da Independência (os exércitos rebeldes americanos foram comandados por um jovem, George Washington, que em 1781, ao alcançar a vitória, haveria de se tornar um herói nacional, tornando-se assim o primeiro presidente dos Estados Unidos da América, em 1789). A Revolução Americana foi a primeira guerra moderna de libertação contra uma potência colonialista. O êxito da independência americana era visto por muitos, na época, como um indício divino de que o país e seu povo estavam destinados à grandeza (destino manifesto).

⁹³ Nas áreas densamente habitadas, os militares portugueses utilizavam muitas vezes aparelhagem sonora para informar os locais dos perigos que corriam e como os evitar.

autoridades civis e militares, que o contacto com as populações era responsabilidade de todos (...) Esta seria a diferença fundamental da doutrina portuguesa porque obrigou o Exército Português, ao contrário do que se assistia na Argélia, a adotar um dispositivo aberto, espalhado (...), e que a dispersão fosse feita pelo maior número possível de aquartelamentos” (PIRES, 2014: 154, 155).

A distância, a economia fraca, a geografia e a diversidade da população foram, portanto, problema e simultaneamente fonte de força; esta população altamente heterogénea mantinha a lealdade⁹⁴ a Portugal (porque o governo fascista e colonial de Portugal não era confundido com o povo português, que do outro lado do mar, também sofria as agruras de um regime assim), mas também a si mesma.

Portugal soube explorar estas diferenças porque as guerrilhas eram frequentemente de um grupo que tinha pouco em comum com outros grupos. De facto, Lisboa foi astuta no modo como virou as forças naturais dos rebeldes contra si mesmos, já que a fantástica variedade de etnias e dialetos em todos os territórios portugueses não favorecia um ambiente nacionalista uno que pudesse rivalizar com o império. O reverso desta medalha era que Portugal tinha de ajustar o seu programa psicológico a cada grupo e adaptá-lo a diversas culturas: “The psycho-social programme had envisaged a role for the army in rural development, resettlement, primary education in the bush, medical aid, and agriculture in the area reclaimed or reconquered from the 1961 African attacks” (WHEELER, 1969: 434).

A “singularidade lusitana” – converter a estratégia nacional em tática no campo de batalha – teve, claramente, grande dose de improvisação: confrontados com todo o tipo de dificuldades, os militares pareciam encontrar sempre soluções eficazes, recorrendo muitas vezes a equipamento capturado ao inimigo (nos primeiros anos de guerra, por exemplo, foram mesmo os veículos civis que entraram ao serviço dos soldados, numa conjugação de esforços para defender a soberania portuguesa); foi necessária uma reorientação completa de todas as Forças Armadas⁹⁵ (enquanto força

⁹⁴ O sentimento de uma certa “portugalidade” favoreceu, sem dúvida, o trabalho realizado pelos militares.

⁹⁵ Apesar de grande parte do esforço de guerra ter recaído sobre o Exército, a Marinha (ações de evacuação, isolamento de fronteiras marítimas, rios e águas interiores) e a Força Aérea (funções de apoio logístico às forças terrestres, evacuação sanitária aérea, reconhecimento aéreo, apoio aéreo

convencional) para a contrainsurgência, bem como um realinhamento quanto ao recrutamento, aliás, já mencionado (as colónias suportaram uma porção substancial deste fardo, por um lado, pelos custos associados à instrução e transferência de militares, por algumas dificuldades de adaptação dos soldados expedicionários aos territórios africanos, e por outro, pela sua progressiva desmoralização)⁹⁶; implementou-se um programa de desenvolvimento económico e social que melhorava as condições de vida dos africanos portugueses (antecipava os argumentos dos insurgentes)⁹⁷; e as longas operações psicológicas (PSYOPS)⁹⁸ vinculavam a presença portuguesa em África na população (reforçando a coesão ideológica das forças governamentais civis e militares e opondo-se à ideologia inimiga). Os programas de rádio dirigidos por militares, só para citar um exemplo, eram emitidos em Português, Crioulo e nas línguas dos grupos étnicos locais⁹⁹.

E assim, o problema da unidade de comando entre as componentes civis e militares cedo ficou resolvido, sendo a Guiné – e Spínola - o melhor exemplo deste

próximo por aeronaves de asa fixa ou helicópteros) reconfiguraram também o seu dispositivo e capacidade de atuação.

⁹⁶ As tropas locais foram reunidas não só pelas Forças Armadas, mas também pelas autoridades civis e utilizadas como “unidades de segunda linha”, com as funções de guias, milícia civil (*Organização Provincial e Voluntários de Defesa Civil de Angola*), forças auxiliares (*Guarda Rural* de Angola, em apoio à Polícia de Segurança Pública), grupos de autodefesa para aldeias (*Corpo de Milícias* da Guiné) e outras funções especializadas (*Aviação do Gabinete de Planeamento do Zambebe*, Moçambique – serviço de aviação civil com organização paramilitar). As unidades de autodefesa eram apenas civis armados (de G3) que foram organizados e treinados para agir em defesa da sua aldeia, se esta fosse surpreendida pelos guerrilheiros. A organização assim formada deu um certo grau de confiança às comunidades locais devido à capacidade, ainda que rudimentar, de defenderem os seus membros.

⁹⁷ O General Kaúlza de Arriaga, Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, defendia a manutenção da “condição portuguesa de povos e territórios” (Europa-África-Ásia), na paridade e harmonia étnicas, na promoção e dignificação das populações, na sua segurança e defesa, e na produção de riqueza e sua justa distribuição.

⁹⁸ “O peso das operações psicológicas e da ação psicossocial era determinante na conduta deste tipo de guerra, que tinha por objetivo a conquista dos corações e das mentes da população, a partir de três manobras – político-psicológica, económico-social e militar” (SANTOS, 2010: 189).

⁹⁹ General Gerald Templer, em 1953, aquando da campanha britânica na Malásia: “The answer lies not in pouring more troops into the jungle but rests in the hearts and minds of the people” (MCFATE, 2005: 25).

comando holístico¹⁰⁰: “Altera o dispositivo militar de acordo com uma doutrina muito própria. Concentra os meios disponíveis nas zonas que são para manter e não insiste no inútil desgaste das forças nas áreas mais difíceis (...). Assume o comando das tropas especiais. Cria as «zonas de intervenção do comandante-chefe» em áreas de forte domínio da guerrilha (...). Cultiva a imagem e alimenta o mito do valente cabo de guerra” (CATARINO e ASSOR, 2010: 80, 81).

III. 2. “Este reino é obra de soldados”¹⁰¹

A adaptação portuguesa da *guerre révolutionnaire*¹⁰² francesa tinha uma componente social mais forte, com responsabilidades na construção civil – nomeadamente em infraestruturas¹⁰³ como ruas, ferrovias, redes elétricas, saneamento, construção de sistemas de irrigação, abertura de poços, cuidados de

¹⁰⁰ Enquanto governador e comandante-chefe, Spínola procurou e exerceu a unidade de esforços (a ação psicossocial, o apoio às autoridades civis, a africanização política e militar da guerra). O objetivo final do comandante era o de consolidar a adesão das populações. No seu entendimento, o conflito tinha origem nas injustiças e violência praticadas contra a população. E por isso, deu a maior importância à propaganda, contrapropaganda e informação (toda a ação psicossocial revertia para assistência sanitária, educativa e económica, e o apoio às populações locais tornou-se um imperativo). Foi ainda precursor no relevo que deu às várias formas de comunicação, como elemento de contrassubversão. Criou no Estado Maior duas repartições inovadoras: *Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica* e *Assuntos de Populações*. Sempre defendeu que a guerra não podia ser ganha exclusivamente pela força das armas. Desde a primeira hora que chegou à Guiné, em maio de 1968.

¹⁰¹ Mouzinho de Albuquerque.

¹⁰² Forças em número inferior conseguem derrotar um exército convencional se conseguirem o apoio tácito da população da zona – comando político-militar verdadeiramente unificado.

¹⁰³ A enorme extensão e má qualidade das vias de comunicação, a quase ausência de infraestruturas nos TO, levaram a um grande investimento na rede de estradas (e em pistas de aviação); além de ter tido particular relevância na luta contra a subversão, contribuiu também para o crescimento económico e melhoria das condições de vida das populações dos territórios ultramarinos. Revelou-se igualmente fundamental para manter a presença de brancos em todas as zonas interiores das colónias. Paralelamente, o aproveitamento dos recursos humanos e naturais ultramarinos concorreu para o vigor económico-social dos territórios, o que aumentou a capacidade de arcarem com uma parte substancial da defesa e dos custos da guerra.

saúde (hospitais) e educação (neste aspeto, os portugueses divergiram dos franceses ao não fazer da educação um privilégio elitista; estenderam-na a grande parte da população nativa).

Na verdade, as operações militares desencadearam um surto de desenvolvimento impressionante, na Metrópole (por exemplo na construção naval), mas também em todas as parcelas ultramarinas. Aliás, como refere Adriano Moreira (que foi Ministro do Ultramar), no âmbito do *Enquadramento Político-Estratégico das Campanhas de África*, “no período que decorreu entre 1960 e 1974, no qual o drama colonial português se desenvolve, a sociedade civil na Europa, como em Angola e Moçambique, deu provas de criatividade e desenvolvimento notáveis, na industrialização e terciarização, nos equipamentos sociais, no crescimento do produto, na mobilidade social, na modernização da administração”. Paralelamente, neste processo de adaptação, também modernizou as suas próprias forças, formando as suas primeiras unidades de comandos – embora, neste campo, nem sempre com êxito¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Os comandos (inspirados na organização e nos princípios da Legião Estrangeira Francesa e nos para-comandos belgas) nasceram no Exército Português como forças especiais de contraguerrilha, para corresponder à necessidade de dispor de unidades especialmente adaptadas ao tipo de guerra que em 1961 começou em Angola, e depois na Guiné e Moçambique. Todos eram nativos, inclusive os oficiais. Mais controversa foi a criação de unidades de operações especiais com locais, nomeadamente fuzileiros africanos, e ainda os *Fiéis* (militares e polícias zairenses, exilados em Angola, por se oporem a Mobutu), os *Leais* (força de exilados zambianos) e os famosos *Flechas*, recrutados entre determinados grupos nativos, designadamente ex-guerrilheiros e membros da etnia bosquímane (khoisan). Estes detinham conhecimentos do inimigo, do terreno, das populações locais, etc. e eram também exímios intérpretes de rastros e pistas deixadas no terreno pelo inimigo, graças à sua experiência em perseguição de caça. Esses membros nativos eram enquadrados por oficiais do Exército Português e por agentes da PIDE, e recebiam treino de forças especiais. Com o decorrer da Guerra do Ultramar, os *Flechas* revelaram-se uma das melhores forças antiguerrilha ao serviço de Portugal, alargando progressivamente o seu tipo de atuação. Inicialmente guias e pisteiros dos agentes da PIDE, passaram depois a ser também usados como forças de assalto em operações especiais. As próprias Forças Armadas começaram a solicitar à PIDE com alguma frequência o auxílio dos *Flechas* nas suas operações, pelo reconhecimento do seu elevado nível de eficácia (mesmo depois da independência e da retirada portuguesa, estas unidades continuaram a causar dificuldades aos movimentos de libertação durante as guerras civis). A mesma estratégia foi também utilizada pelos Estados Unidos, na Guerra do Vietname, embora não com tanto sucesso.

“O modo português de fazer a guerra”, patente de John Cann, combinava o cumprimento da diretriz política e estratégica do poder político estabelecido, com as qualidades pessoais dos militares nos meios físico, político, social e humano, em que foram lançados – um verdadeiro *comprehensive approach* (não como uma novidade, mas como uma metodologia evidente de eficácia para atingir objetivos abrangentes e globais). Regularmente, as autoridades militares visitavam as zonas libertadas e procuravam junto das populações locais, indagar das suas necessidades (estas ações eram muitas vezes divulgadas pelos meios de comunicação social como uma forma de manifestar que as populações locais eram leais a Portugal, por vezes exibindo atos de bravura e heroicidade em sua defesa, validando, assim, o discurso na Metrópole sobre a manutenção do poder colonial português em África).

Esta grande capacidade de liderança intermédia (nem sempre acompanhada da de topo e política, há que dizê-lo sem rodeios), aliada a uma extraordinária capacidade de trabalho e de improviso, permitiu a instalação de pontões, aquedutos, e o apoio a construções; possibilitou receber destacamentos novos a meio das comissões (procurando dar o enquadramento possível), e reforçar as suas capacidades com meios e equipamentos de diversas proveniências, militares e civis; as pás, as enxadas e as picaretas integravam o “armamento” utilizado pelas colunas portuguesas. Os próprios trabalhadores civis eram instruídos por militares da Engenharia Militar, possibilitando a formação de cidadãos portugueses e africanos mais qualificados.

As forças militares eram utilizadas no apoio e assistência às populações com os seus médicos e capelães (adoção do Cristianismo), administrando justiça e instrução, fazendo escolas (sendo muitas vezes os militares a ensinar a ler e a escrever, mas passando também a cultura e os valores portugueses), ouvindo-as¹⁰⁵, fornecendo alimentação e medicamentos¹⁰⁶, aumentando-lhes o moral com a sua presença, bem como assegurando, sempre que necessário, o funcionamento de certos serviços

¹⁰⁵ Na Guiné, os “Congressos do Povo” (a par de uma série de programas como “Por uma Guiné Melhor” e “Instrução de Aperfeiçoamento Operacional”) foram uma das realizações mais inovadoras de Spínola, e garantiam uma ampla participação dos representantes das populações.

¹⁰⁶ Das zonas supostamente libertadas, chegavam populações esqueléticas e famintas, obrigadas sobretudo pela pressão do inimigo a fazer longas caminhadas até contarem com o apoio e a proteção dos militares portugueses.

essenciais desorganizados, e auxiliando as autoridades e as suas forças policiais nas atividades que a estas competiam. Isto eram verdadeiras atividades de CIMIC.

Os aldeamentos (artificiais) eram a implementação prática da doutrina portuguesa, adaptada dos ensinamentos franceses e da NATO. A urbanização portuguesa nos TO obedecia a critérios de organização espacial que permitissem o controlo das populações, sem lhes afetar a cultura, proporcionando, simultaneamente, melhores condições de habitabilidade¹⁰⁷. Estes reordenamentos enfrentaram, contudo, alguns obstáculos, já que o apego à terra era grande (as relações políticas e familiares tinham uma lógica que assentara desde sempre no território), e as estruturas sociais existentes dificilmente ajustáveis a conceitos diferentes de habitação e comunidade. Uma tal aglomeração de pessoas (de diferentes “tribos”) dava aso a violência e a surtos de doenças, e dificultava o acesso a recursos. E obviamente, alguns erros foram cometidos, nomeadamente de carácter cultural e de destruturação da agricultura tradicional. Mas nestas alturas, só a confiança na voz dos militares portugueses poderia fazer a diferença. Não seria um qualquer conjunto de homens, reunidos naquelas circunstâncias, que conseguiriam concretizar a totalidade do que se conquistou.

O reordenamento das populações em Angola assumiu diferentes formas que mereceram a atenção de jornalistas e escritores militares, nacionais e estrangeiros, causando até algum espanto: sem grandes recursos, foi possível em Angola juntar os conceitos de aldeamento estratégico e aldeamento sócio-económico para construir “aldeamentos mistos”. Na Guiné, contudo, Spínola não acreditava nisto, uma vez que a manobra das populações, deslocadas do seu habitat e das suas ligações ao passado, poderia provocar ruturas psicológicas que imediatamente as desequilibraria a favor da subversão.

As Forças Armadas devolveram a jurisdição da defesa militar às autoridades locais, população, e forças paramilitares. A instituição militar, formal, só conduzia, então, operações de valor estratégico, com forças rapidamente projetáveis em territórios do tamanho da Europa Continental, onde os nativos eram isolados dos

¹⁰⁷ No TO da Guiné, por exemplo, adotou-se um modelo de planta em quadrícula, com ruas numeradas, à imagem do que acontece em Espinho.

insurgentes, em zonas protegidas (relocalização tática das populações). Esta estratégia foi, na sua generalidade, bem sucedida, já que a guerra nunca chegou às cidades mais importantes, e os rebeldes sempre falharam em conquistar quilómetros significativos de território (o Marechal Spínola foi talvez o mais notável discípulo da doutrina COIN – pensar como o inimigo sem ficar como ele¹⁰⁸).

As caminhadas, as patrulhas, serviam para dispor presença territorial¹⁰⁹ e negar à oposição o monopólio sobre os corações e as mentes dos nativos. Como afirma Jorge Dias: “Para o Português o coração é a medida de todas as coisas”. E é mesmo. Era costume, por exemplo, que o militar mais graduado fosse o padrinho de todas as crianças nascidas na povoação, dando o seu nome e custeando parte dos festejos, ou que a música fosse partilhada por todos. E nas zonas sob administração portuguesa, as crianças faziam continência aos militares, e os jovens tinham acesso às práticas normais de qualquer sociedade: desporto, escolaridade, assistência social, etc. Também a relação com os intérpretes era pacífica, ainda que alguns desses elementos andassem entre tropas portuguesas e insurgentes¹¹⁰.

Foi uma guerra duríssima, mas os indivíduos de ambos os lados, quando se encontravam, surpreendentemente abraçavam-se e conversavam como amigos. Porque no que toca a ganhar corações e mentes, as ligações pessoais com a força e a

¹⁰⁸ Ao encetar negociações com interlocutores como Amílcar Cabral, Spínola criara uma solução política para a Guiné (que o governo de Lisboa considerava inaceitável, por acreditar que a guerra era uma ofensiva comunista, movida do exterior). Nunca um governador de província, e muito menos um general, ousara ir tão longe. Os mísseis terra-ar entraram no conflito em 1973, e as forças do PAIGC envolveram-se em operações de cerco que arrasaram quase por completo o moral das tropas portuguesas. E assim perdido o tal comando holístico, a Guiné ficou sem rumo; Spínola teve, contudo, a sua pequena vingança, quando colocou as suas ideias no livro *Portugal e o Futuro*, uma verdadeira bomba-relógio, e que muito concorreu para baquear o regime.

¹⁰⁹ Como os territórios eram imensos, e o perigo de espaços “sem lei” era grande, em muitos casos, o princípio foi aplicado através da utilização de helicópteros (ainda que fossem menos úteis em teatros de densa vegetação, como a Guiné). Para racionalizar as despesas, após 1966, procedeu-se à normalização dos equipamentos, e a partir de 1971, o transporte de pessoal da Metrópole para os TO passou a ser feito via FAP, mais cómoda, rápida e economicamente do que o transporte por via marítima.

¹¹⁰ Mesmo após a descolonização, continuou a ser assim: “Vieram aqui a minha casa pedir que lhes arranjassem um sistema de formar quadros e ganhar experiência na Alemanha (...) quer a RENAMO, quer a UNITA”, General Kaúlza de Arriaga (GUERRA, 2000: 99).

capacidade de assegurar um ambiente seguro são mais importantes que projetos de reconstrução. Estes laços, erguidos no meio da guerra, alguns preservados até hoje, foram alçados por homens que, mesmo sem formação ou treino específico, conseguiram reais objetivos CIMIC, mantendo caminhos abertos nestas regiões.

Num tempo, e num lugar (verdadeiro laboratório de experiências) de contestação, de diferentes tecnologias, sem meios de comunicação, com humidade e calor tropicais, com uma grande maioria da juventude masculina conscrita, mobilizada para combater em terras distantes, com missões de serviço que duravam 24 meses e mais, e que pagou com a vida, com sangue e com traumas muitos erros de decisão política, Portugal foi, sem sombra de dúvidas, inovador.

A 25 de abril de 1974 o Império derribou-se, sem ter havido uma verdadeira descolonização; foi um processo duro, pouco justo, e que implicou muito sofrimento e perda; esgotado de 13 anos de guerra, Portugal “descolonizou” em tempo record: em menos de 20 meses, mas com muito atraso em relação à história europeia, e assim “as caravelas regressaram, navegando contra o vento, acenando o adeus ao império” (GUERRA, 2000: 95)

E nesta impossibilidade de ser simultaneamente Nação e Império, quando “os Portugueses saíram dos territórios ultramarinos, deixaram o vazio” (Almeida Santos).

CAPÍTULO IV

E AGORA?

Abel Cabral Couto afirma que na ausência de “cultura estratégica, povos, sociedades e organizações não podem aspirar a um progresso em bases sólidas ou a assegurar a sua sobrevivência”. E isto revelou-se verdadeiro quer em Portugal, quer nas colónias¹¹¹.

Ao deixar esse vazio, que rapidamente resvalou para guerras civis nesses territórios, Portugal arcou (e vem arcando) com um peso de que parece não se ter ainda libertado, para poder, definitivamente, fazer as pazes com o seu passado.

De facto, esta incompleta e defeituosa transmissão de poder, e a necessidade de acolher mais de meio milhão desses filhos do Império (os últimos com responsabilidades no modo de olhar para 500 anos de presença em África, e os últimos com memória do Império africano), pretensos “retornados”, e ainda outros, nascidos nas colónias, que não se sentiam tão portugueses assim¹¹², obrigou, novamente, a ações de grande criatividade; o repatriamento apressado dos portugueses residentes nas antigas colónias, e também a inserção desse contingente no tecido social e produtivo do país – dando mostras de enorme solidariedade – é um dos momentos mais extraordinários da história portuguesa do século passado, e demonstrou que a experiência colonial não pode ser utilizada unicamente para celebrar os mortos e os heróis caídos, ou para rebater vergonhas políticas¹¹³.

¹¹¹ “Não Senhor, tudo isto foi feito pelos portugueses; nós não fizemos nada, nós só estragámos”. Coronel Celestino de Carvalho, CEMFA da República da Guiné-Bissau em 1996 (resposta à pergunta sobre se o edifício do Cineclube de Bissalanca tinha sido feito por eles).

¹¹² Por razões familiares, é(-me) fácil perceber que esta mágoa não passa, nem está resolvida; é um trauma interno, hereditário, com emoções e perceções difusas, e com sentimentos de não-pertença que são muitas vezes impossíveis de gerir.

¹¹³ Aliás, este movimento de integração correu tão bem que não é suficientemente valorizado; a sociedade portuguesa nunca destacou esta enorme capacidade que teve: esta “excepcionalidade” no sucesso da integração é para ser louvada e aprofundada.

A cooperação civil-militar operada nas colónias portuguesas é de extrema valia para o atual contexto global, para além de manifestar esta (já mencionada) característica natural dos Portugueses “aptos a ser tudo e todos”¹¹⁴.

IV.1. PRESENTE...

Fruto da sua localização geográfica extraordinária (e também, claro, da sua elevada tolerância), Portugal viu-se sem guerras no seu território (europeu) por quase dois séculos: “É como se fôssemos escolhidos por Deus para não ter combates aqui...”, nas palavras do General Loureiro dos Santos (o que é falso, pois as ameaças existem - como o provam os ataques recentes à Velha Europa, em Paris, Istambul e Bruxelas - mesmo estando Portugal na ponta da Europa). Talvez por isso, as Forças Armadas Portuguesas cedo tiveram de justificar a sua existência¹¹⁵, mudar o seu *core business* (deixando de fazer a guerra), e encontrar forma de aplicar o seu *know-how* e de se fazerem notadas no contexto europeu e mundial. Daí que seja quase paradoxal esta obsessão em recordar quase exclusivamente as ações de combate sem mencionar com o mesmo vigor os trabalhos de Engenharia ou o apoio às populações.

Como acontece em todos os países, existe a necessidade permanente de adequar o grau de prontidão operacional das respetivas Forças Armadas. A NATO propôs a Portugal que até ao final de 2000 disponibilizasse uma *CIMIC Support Unit* (CSU). O Ciclo de Planeamento das Forças deu-se entre 1998 e 2000, e a 19 de maio de 1999, por Despacho do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), o Exército foi nomeado EPR para levantamento de uma Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC) conjunta (sob dependência direta do CEMGFA, e ativada para exercícios ou missões por despacho). Entre 2000 e 2002, confirmou-se a implementação da Força, e a 4 de maio de 2000, por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), aprovou-se o Pessoal e o Material da CGerCIMIC.

¹¹⁴ Fernando Pessoa.

¹¹⁵ Num inquérito realizado à população portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas, em 2009, 83,2% dos inquiridos consideraram as Forças Armadas necessárias.

As Forças Armadas, assumindo o Exército¹¹⁶ a condição de EPR (e publicando, por isso, a atual doutrina existente em português sobre CIMIC), organizaram e aprontaram os seus militares da CGerCIMIC, de modo a declarar a sua *Full Operational Capability* (FOC) até ao final de 2007, a fim de satisfazer os compromissos assumidos por Portugal.

A decisão de integrar os três ramos revelou-se um fator de vantagem competitiva, no seio do MNCG: a CGerCIMIC Portuguesa é a única afiliada ao MNCG de natureza conjunta, sendo, conseqüentemente, considerada a mais apropriada para um possível emprego do MNCG em apoio à decisão do Comandante em missões de caráter humanitário ou de resposta à crise¹¹⁷ (o treino operacional é, também por esta eventualidade, essencial¹¹⁸). Os Exercícios *Armageddon* (para além de servirem para atingir a desejada certificação) e *Lusitano* têm, aliás, revelado as virtualidades, mas também as vulnerabilidades desta capacidade: o enorme potencial humano, o suporte logístico reduzido, e a facilidade de adaptação ao cenário criado, aspetos que se contrapõem a um sistema de convocação de militares excessivamente demorado, a militares com níveis de formação diferentes, e à elevada rotatividade do pessoal. Os exercícios da série *Felino*, por sua vez, têm como objetivo a preparação de uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no âmbito da CPLP, para atingir, manter, otimizar a capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária.

¹¹⁶ O Exército é o único ramo a ministrar formação CIMIC ao nível tático-operacional.

¹¹⁷ Tem a seguinte estrutura: Comando, 3 Células de Estado-Maior e 3 Destacamentos.

¹¹⁸ O último *Trident Juncture* (noticiado como o maior exercício NATO da última década), que decorreu em Portugal entre 21 de outubro e 6 de novembro do ano passado, possibilitou que a população - para além de poder atravessar uma ponte militar alemã -, ficasse a conhecer a CGerCIMIC, através do contacto direto com elementos desta Companhia e da informação que ia sendo passada às suas autoridades locais, minimizando assim o impacto das operações militares na sua vida diária. Foi criado, até, um Centro de Atendimento CIMIC, no Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, e outro na Golegã, com o intuito de comunicar aos populares todas as manobras que iriam ter lugar. O Coronel Michel-Henri St-Luis, do Canadá, Comandante da Brigada Multinacional, deixou o seu elogio e agradecimento à CIMIC nacional, pelo sucesso do evento, e o anterior comandante da CGerCIMIC, Coronel Martins Costa, reconheceu o apoio das diversas autoridades locais, e aplaudiu a hospitalidade dos habitantes das localidades envolvidas.

Segundo o *Regulamento de Campanha – Operações*, que é a base doutrinária portuguesa no que respeita a operações terrestres, CIMIC é definido como a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, “entre o comandante de uma força militar e os atores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não-governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências”. Esta ligação civil-militar visa providenciar a criação de um clima de segurança, garantir uma comunicação efetiva e a legitimidade da missão, e ainda o apoio da população, através de princípios como a consciência cultural, objetivos comuns, responsabilidade partilhada, consentimento e transparência.

Este mesmo regulamento define ainda, a nível nacional, três finalidades da CIMIC, que deverão ser complementares: a finalidade Imediata, a finalidade de Médio Prazo, e a finalidade de Longo Prazo. A primeira consiste em “estabelecer, proporcionar e manter a cooperação entre o Comando de uma força militar, as autoridades civis, organizações, agências e a população que estão presentes na área de operações, de modo a criar condições que proporcionem ao comandante, as maiores vantagens para o cumprimento da missão”; a segunda finalidade está diretamente ligada ao objetivo final da missão, ou seja, a CIMIC “deverá contribuir para criar e manter as condições que possibilitem atingir o estado final desejado para a operação”; e a última terá de permitir alcançar, “de um modo contínuo no tempo e na ação”, os objetivos da política externa de Portugal: “O peso específico da política externa de cada país é frequentemente medido pela capacidade de integrar meios militares nacionais em forças multinacionais, em cumprimento das missões legitimadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quem não aparece não conta” (palavras do General Soares Carneiro, no discurso realizado a 8 de julho de 1993, por altura das Comemorações do Dia das Forças Armadas).

A política externa de Portugal é, então, absolutamente indissociável das relações internacionais (a inclusão de Portugal, em 1949, e a exclusão de Espanha na Aliança, por exemplo, conferiram ao país um lugar de primazia no quadro peninsular, e de interlocutor privilegiado no contexto extrapeninsular, apartando Portugal da sua posição tradicional de consumidor “passivo” de segurança internacional). Como alternativa à guerra, a diplomacia é instrumento da ação externa. E acaba por estar,

como as Forças Armadas, na linha da frente da defesa das prioridades nacionais em termos de segurança, política e económica, e da asseveração da preponderância nos países com os quais Portugal tem vínculos históricos e culturais. Nove séculos de independência e cinco séculos de expansão universal arquitetam uma identidade com as suas raízes, advindo daí o significado e o alcance que gozou. E goza. Estes factos não são pérolas do passado. E não podem (não devem) ser desconsiderados.

As chamadas forças profundas, de ordem geográfica e demográfica, histórica e cultural¹¹⁹, que se cruzam e entrecruzam ao longo de inúmeros séculos, compõem essa identidade e dão consistência à política externa de Portugal (sendo ela própria só possível por ter o amparo das Forças Armadas).

Portugal é um dos mais relevantes contribuintes europeus para operações de paz internacionais (OAP), estando sempre ao lado das melhores forças militares do Ocidente. Nos anos 90, houve um empenhamento significativo das Forças Armadas portuguesas em zonas de conflito: Angola, Moçambique, ex-Jugoslávia e Timor. Nos tempos mais recentes, militares nacionais, homens e mulheres, atores anónimos, têm atuado em todas as partes do mundo (Líbano, Kosovo, Afeganistão, Chade, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Oceano Índico, ...): em terra, no mar, no ar, em funções de comando, nos estados-maiores internacionais, em unidades e destacamentos operacionais, onde têm exibido a sua elevada capacidade e eficiência, salientando-se pelo seu grau de conhecimentos, pelo seu sentido de missão e de cumprimento do dever, pela sua hospitalidade e simpatia (atributo tão “luso”) e claro, engrandecendo o nosso país, granjeando o apreço e elogio por parte de todos quantos têm oportunidade de com elas privar, e contando já com uma prestigiosa experiência internacional. O esforço feito por Portugal em matéria de *peacekeeping* gravou uma imagem que se tem vindo a tornar cada vez mais sólida: “À nossa dimensão, temos mostrado que somos capazes de ombrear com os outros países europeus com mais capacidades, o que se tem verificado na nossa atuação com as Forças Nacionais

¹¹⁹ A expansão portuguesa imputou ao país responsabilidades em vários pontos do globo. E deveria alargar ainda outras oportunidades de aguilhoar a política externa nacional, com a China e a Índia, na reminiscência dos laços que nos ligam a Macau e a Goa. Embora ténues, têm de ser reabilitados, e deveriam permitir valorar a relação com esses dois colossos asiáticos que vêm obtendo célere e progressiva acuidade no plano internacional.

Destacadas. Em todo o lugar são sempre muito elogiadas pelos comandantes e, curiosamente, muito bem recebidas pela população, o que normalmente não acontece com os aliados” (General Loureiro dos Santos em entrevista ao *DN*, fevereiro de 2016). O país tem saído muito prestigiado porque as populações locais recebem o apoio prestado pelas tropas portuguesas com muito regozijo (“Show the Flag”, conceito onde se liga efetivamente a bandeira portuguesa ao trabalho desenvolvido no apoio às populações).

O envolvimento de tropas nacionais nos vários teatros de operações espalhados pelo mundo – nomeadamente no Líbano, com as Unidades de Engenharia a realizarem ações de CIMIC - tem permitido capitalizar objetivos primordiais, nomeadamente adquirir e manter ascendência e visibilidade no seio das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia (a fidelidade ao vínculo transatlântico poliu uma nova dimensão europeia de Portugal); fortalecer a posição junto das estruturas de decisão política com maior importância no mundo; outorgar legitimidade ampliada para solicitar o envolvimento da comunidade internacional e, em particular, das Nações Unidas, em teatros de operações significativos para Portugal. Mas pode ainda alavancar outro tipo de situações: favorecer as candidaturas para cargos de chefia de nível elevado nas estruturas internacionais, e contribuir para a modernização das próprias Forças Armadas, quer em equipamento, quer em treino e prontidão. A CIMIC não pode, evidentemente, ser esquecida neste contexto.

IV.2. E FUTURO...

Mas não ser esquecida não quer dizer que a CIMIC possa ser vista como o “parente pobre” das missões das Forças Armadas.

Seguindo uma lógica de *Smart Defence*, e de não-sobreposição de capacidades, Portugal não pode escudar-se na crise financeira para um não-investimento no setor da Defesa (o engenho e a arte sempre fizeram parte do ADN nacional). Para tal, será essencial incrementar o orçamento destinado ao treino da CGerCIMIC por forma a permitir a realização de períodos de formação e treino; será, claro, imperativo,

desenvolver a ligação e interoperabilidade com o MNCG, certificando a formação¹²⁰ da Companhia e participando em exercícios multinacionais e ao nível da NATO, bem como envolvendo militares da Companhia noutros exercícios setoriais ou de nível nacional, dos três Ramos das Forças Armadas. Ter-se-á, obrigatoriamente, de consolidar o Núcleo Permanente (de natureza conjunta), clarificando ainda a participação dos Ramos no apoio logístico à CGerCIMIC.

A CIMIC deverá ser encarada como uma verdadeira operação militar, incorporando todas as áreas de implementação civil (restabelecimento da lei e da ordem, organização de eleições livres e democráticas, retorno de refugiados e pessoas deslocadas, reconstrução de infraestruturas e reabilitação económica, gestão de infraestruturas públicas, etc.), mas acautelando o *timing* da transferência das responsabilidades. Como tal, há que pensar em integrar módulos CIMIC nas FND ou até em projetar a CGerCIMIC como uma verdadeira FND: a participação em operações, especialmente em TO com climas e terrenos hostis, incita à atualização e desenvolvimento de doutrina militar e conhecimentos de outra ordem (de medicina, por exemplo, tal como no passado já se verificara, com a medicina tropical). E uma campanha de *hearts and minds* terá substancialmente mais impacto se for acrescida da prestação de cuidados primários de saúde à população (particularmente a mulheres e crianças), em horas e lugares onde, habitualmente, só as Forças Armadas podem corresponder; ainda assim, devem poder contar com relevantes conhecimentos e meios da sociedade civil, mesmo que na retaguarda.

Para além disso, haverá que participar, empenhadamente, no desenvolvimento de conceitos e doutrina CIMIC¹²¹ (assegurando que a doutrina nacional seja consistente com a doutrina NATO – até por causa da certificação da CGerCIMIC), e ainda diligenciar

¹²⁰ A formação (e sobretudo esta) tem de ser percebida transversalmente, e como uma intervenção integrada no indivíduo, ampliada e multidisciplinar, com o objetivo de promover a maleabilidade intelectual, o sentido crítico, a abertura à cultura e à responsabilidade social.

¹²¹ Paralelamente, deverá dar-se destaque igualmente à doutrina, ao ensino e à posição da COIN em toda a estrutura das Forças Armadas, com base nos conhecimentos herdados das campanhas e operações anteriores.

a elaboração de legislação nacional relativa aos especialistas funcionais¹²² (área com uma enorme lacuna na formação, já alertada pelos especialistas, à semelhança internacional; pelo facto de ser uma área crítica, esses profissionais terão de ter formação geral de CIMIC para que assim possam saber o contexto, os “*do and don’t*” na situação onde vão exercer a sua especialidade, sem comprometerem a missão), e integrá-los em exercícios da CGerCIMIC.

Contudo, esgotar as potencialidades da CIMIC aqui seria absolutamente restritivo, já que, e apesar da relutância dos dois lados – Defesa e Sociedade Civil - é possível identificar cenários em que a atuação das Forças Armadas, a nível interno, poderá ser útil para o País, ponderando-se para isto, obviamente, a alteração da legislação, ou até a criação de uma plataforma de entendimento interagências (e a um relacionamento mais positivo entre Ministérios, nomeadamente MDN e MAI), com testes, exercícios e simulacros. Esta é, porém, uma sugestão polémica, que dará aso, sem dúvida, a muitas outras investigações (e que não é o foco essencial da presente pesquisa).

Outro tópico sensível é a situação dos refugiados: morrem pessoas à porta da Europa, sendo empurradas de uma fronteira para a outra (porque na realidade ninguém quer ninguém a morrer no seu próprio jardim), e embora muitos dos estudiosos da CIMIC quase que reneguem a sua aplicabilidade em situações de crise de refugiados, como a atual, seria uma capacidade a considerar¹²³. No entanto, e se à partida pode parecer uma matéria pertinente, o assunto “refugiados” é um verdadeiro tabu para a CIMIC. Tanto que a antiga TTP8¹²⁴ - DPRE Assistance Centres (campos de

¹²² Estes especialistas – que não têm de ser militares – fornecem aconselhamento especializado, e cobrem necessidades muito particulares de uma função ou atividade específica. Podem ser juristas, linguistas, antropólogos, economistas, historiadores, especialistas em religião, etc. É convicção da autora que alguns ex-militares, fruto precisamente dessa experiência daquele lado da barricada, e detendo igualmente um entendimento da perspetiva civil, poderiam ser considerados a escolha mais apropriada aquando da integração numa equipa CIMIC.

¹²³ Na opinião da autora. Portugal, país de matriz cristã e que também conhece a pobreza, voluntariou-se para receber 6000 refugiados, em apoio à Grécia, respeitando o seu ancestral espírito humanitário; não é por acaso ou apenas para cumprimento de cotas.

¹²⁴ Uma TTP (Tactics, Techniques and Procedures) serve para guiar e assistir o pessoal CIMIC ao nível operacional e tático na condução de CIMIC em operações NATO.

refugiados) foi simplesmente eliminada porque as diversas experiências (a mais gritante no Kosovo¹²⁵) que envolveram militares, mesmo por intermédio de capacidades CIMIC com refugiados, comprometeram sempre as missões. Por outro lado, o modo como estas populações percecionam as fardas também não traz benefícios, uma vez que muitas delas estão precisamente a fugir de conflitos armados, o que poderá eventualmente expor os elementos, quer civis, quer militares, a perigos desnecessários. Esta gestão das perceções iniciais sobre os militares que se aproximam para fazer este tipo de trabalho tem de ser tremendamente bem conduzida.

Porém, já aparenta ser consensual (ainda que com hesitações) que deverá ser equacionado o emprego da CGerCIMIC em missões de proteção civil¹²⁶, com um Centro CIMIC (adaptado) para triagem, registo e apoio psicológico, por exemplo, de desalojados, apoio ao controlo e avaliação de danos estruturais em infraestruturas, condução de reuniões de coordenação com autoridades locais, e o apoio à organização e condução de operações de distribuição de ajuda humanitária.

A 30 de dezembro de 1989, o navio espanhol ARAGON derramou 30 mil toneladas de crude ao largo de Porto Santo. O navio S. Miguel, da Marinha Portuguesa, transportando autotanques da Engenharia do Exército, foi um dos meios acionados para ajudar na recolha do crude. Também o temporal na Madeira, em 2010, é paradigmático do auxílio que pode ser prestado: foram enviadas pontes militares e um corpo de 15 elementos das Forças Armadas Portuguesas, para restabelecer as comunicações viárias nos locais afetados, e para assessorar projetos de reconstrução (nomeadamente através da Engenharia Militar); a fragata Corte-Real chegou à ilha da Madeira com meios humanos e materiais para auxiliarem nas buscas (um claro sinal de mudança, a precisar de mais apoios para se poder instituir como uma resposta válida).

¹²⁵ O General Michael Jackson, Primeiro Comandante KFOR, chegou com a tropa a Blace, fronteira da Macedónia com o Kosovo, e simplesmente não conseguiu avançar por causa do fluxo de refugiados em sentido contrário. Esta situação levou a que os Russos que entraram a norte ficassem com o ponto de controlo mais importante nas operações – o aeroporto de Pristina.

¹²⁶ Segundo o Plano Nacional de Emergência da Proteção Civil, umas das missões em emergência já é “articular ao nível da operacionalização e da assistência internacional, com organismos congéneres de outros países e com mecanismos internacionais de proteção civil e assistência, designadamente no âmbito da EU, NATO e ONU”. As Forças Armadas, consoante a gravidade da situação, são consideradas agentes de Proteção Civil.

E já muito recentemente, na A41, num aluimento de piso, o Exército foi chamado para montar uma ponte militar.

Noutros países, este empenhamento parece já não levantar tantos dilemas: em Inglaterra, em dezembro do último ano, o Exército teve de ser chamado para ajudar a evacuar quase mil pessoas e a garantir a sua segurança, devido às cheias provocadas pela tempestade Desmond; no Brasil, por exemplo, o Quinto Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, localizado em Maturacá (e totalmente apoiado pelas comunidades indígenas), é a única presença do Estado nesta região no noroeste do Brasil, a menos de 15KM da fronteira com a Venezuela e a 850KM de Manaus. Estes militares trabalham com a ONG *Expedicionários da Saúde*, que presta atendimento médico a índios da região; também nas enchentes de Santa Catarina em outubro de 2008, e noutros países da América Latina, atreitos a catástrofes naturais, esta solução já aparenta estar completamente operacionalizada. Noutro tipo de intervenção (com algum sucesso), como o da atuação no Complexo do Alemão, uma das maiores favelas do Brasil, destacou-se a impreterível necessidade de coordenação civil-militar. São, por isso, várias as implementações possíveis da CIMIC, quer a nível nacional, quer internacionalmente. Parece estar a faltar apenas o primeiro passo na alteração da mentalidade das instituições (que em Portugal tem de passar a ser de colaboração em vez de competição).

IV.3. AS PESSOAS

Não obstante, nada disto terá êxito sem uma equipa verdadeiramente qualificada (e motivada) para este tipo de trabalho.

O papel do pessoal CIMIC é determinado pelo tipo e fase de missão: como conselheiros de comandantes militares/coordenadores humanitários, ou atuando como elementos¹²⁷ de ligação e responsáveis pelos projetos desenvolvidos para apoiar os esforços da comunidade. Os requisitos destas operações são amplos e variados, o

¹²⁷ Pela nova diretiva operacional, passa de “oficiais” para “elementos”, por poder ser desempenhado pela experiência e formação e não pelo posto em si (sinais de modernidade em instituições ancestrais e altamente hierarquizadas).

que realça a necessidade de flexibilidade e capacidade de adaptação, a fim de funcionar eficazmente num ambiente de gestão participativa.

A seleção dos militares CIMIC é uma responsabilidade nacional: o país deve garantir que sejam selecionados os elementos mais competentes e distribuídos de forma criteriosa, ou seja, os melhores (com base na experiência, na formação técnica, no nível de Inglês, na estabilidade emocional, na *cultural awareness*¹²⁸ que detêm – e devem aprofundar –, etc). Contudo, nunca foram abordadas – na prática ou em investigação teórica – as dificuldades em encontrar pessoal adequado para desenvolver, melhorar e manter relações de trabalho eficazes, superando este conflito, sempre encoberto, de coordenação civil-militar.

Alexandre Evaristo, um dos únicos especialistas CIMIC em Portugal, defende um perfil para o operador CIMIC, de acordo com um “modelo de competências”, ponto que tem sido incessantemente negligenciado. Não se podendo, evidentemente, negar as qualidades inatas específicas numa função cujo objetivo mais nobre passa por aliviar o sofrimento das populações e evitar a perda de vidas humanas (fator primordial, aliás, na CIMIC realizada durante a Guerra Colonial), o atual perfil psicológico utilizado é genérico, sendo o mesmo que é aplicado aos militares empenhados em operações de paz. É, pois, inadequado para a escolha do pessoal CIMIC porque não prevê a seleção de especialistas com base nas características específicas da Cooperação Civil-Militar: “Personnel who are especially suited for high-risk occupations possess an identifiable set of core psychological attributes regardless of the specific mission or job they perform. Although these attributes may be essential to successful adaptation, they may not be sufficient for any one particular occupation because of additional unique mission requirements” (KENNEDY, 2012: 51).

A par das competências gerais, há uma série de indicadores positivos que podem apontar para a elegibilidade para uma posição CIMIC, assim como indicadores negativos, que sugerem prováveis comportamentos, capazes de prejudicar o desempenho. Logo, é fundamental, para a seleção, que se introduzam estes indicadores: “The determination of an individual’s psychological suitability for

¹²⁸ “Culturally literate soldiers understand and appreciate their own beliefs, behaviors, values, and norms but they are also aware of how their perspectives might affect other cultures’ views” (MCFARLAND, 2005: 63).

specialized, high-risk military assignments requires a thorough evaluation of an individual's psychological and emotional health risks, training potential, job performance potential, and risk for personal misconduct and counter-productive work behaviours" (LAURENCE, 2012: 150).

Mas é ainda mais importante que nunca se esqueça que a História é cíclica, e que muitos dos triunfos do futuro residem em recordar o passado, lendo-o como ele merece: com exatidão e verdade. E sendo imparcial quanto aos seus erros e aos seus êxitos.

CONCLUSÃO

A ideia de “Portugal não é um país pequeno”, sendo as colónias um elemento essencial da identidade nacional, vinha de tempos antigos. Esta narrativa da história portuguesa, percorrendo o seu nascimento¹²⁹, o seu apogeu e depois o período de decadência, assentou, em grande parte, nos seus antepassados (envolvidos em alguma nuvem de misticismo), os Lusitanos¹³⁰, e relevando o rei primeiro¹³¹, fundador da nacionalidade¹³² e outros mitos fundadores, sempre em luta simultânea contra dois inimigos: o espanhol e o muçulmano.

As conquistas em Marrocos e os sucessos no mar dos séculos XV e XVI trouxeram conhecimento, experiência, riqueza, estatuto... com a perda/independência do Brasil (outro grande estigma da história nacional), seguiu-se a decadência, cujas origens e causas eram objeto de debate, mas que também (já) se tinha como uma característica incontestável do Portugal contemporâneo.

Quando a onda nacionalista se fez sentir a nível mundial, indagando sobre o caráter nacional, as origens étnicas e os atributos raciais da população, e

¹²⁹ A fundação de Portugal sempre se revestiu de uma aura mitológica sobre a origem e o destino coletivos do povo, que se foi consolidando e afirmando ao longo da sua História – construída e simultaneamente imaginada, desfiando factos reais por entre episódios simbólico-mitológicos e de valor épico.

¹³⁰ Ainda antes de se constituir como Nação, já este povo utilizava técnicas e tática de guerra irregular, contra os Romanos. A insurgência e a contrainsurgência são, pois, parte da história militar portuguesa.

¹³¹ São inúmeras as lendas historiográficas, de perfil freudiano, ligadas ao nascimento do País enquanto Nação. Começava já, assim, o tratamento heroico e épico de D. Afonso Henriques, cujo direito de príncipe e consequente emancipação, face aos soberanos peninsulares, incluindo os mouros, lhe era conferido por uma linhagem diretamente descendente de Deus (maravilhoso cristão).

¹³² O surgimento de Portugal como Estado (talvez esse primeiro grande marco cronológico) foi, por si só, verdadeiramente traumático: “Quando D. Teresa, viúva e sucessora de D. Henrique, busca, no xadrez das suas combinações políticas, o auxílio dos barões da Galiza e a ingerência destes se torna perigosa para a autonomia de Portugal, os nobres portugueses apoiam Afonso Henriques na luta aberta contra sua mãe. O jovem príncipe, que a si próprio se armara cavaleiro, segundo o uso apenas reservado aos filhos de reis, vence e expulsa D. Teresa em 1128 e conduz com mão firme a guerra em duas frentes (...). Em 1139, tomou o título de rei; em 1143, Afonso VII de Leão, perante o legado do papa, reconhece a independência do novo Estado” (RAMOS, 1987: 41).

aprofundando o estudo etnográfico das culturas, a percepção de ameaça sobre as colónias (o tal império que era indissociável da nação, que se havia começado a desmoronar pela Índia, em Goa, depois de mais de 450 anos de domínio...), postas em causa pela vaga de descolonização iniciada com o fim de uma nova guerra, teve um papel crucial. Mais, as colónias, que tinham ficado como testemunho de conquistas e navegações seculares, despontavam como o sinal mais claro do destino histórico excecional dos portugueses. E tinham, pois, de ser mantidas.

Pondo de parte a validade política dessa opção, o que resultou, de facto, dessa excecionalidade, foi o que se fez durante 13 anos de conflito, a nível de Cooperação Civil-Militar, apesar de todos os constrangimentos financeiros, sociais e políticos, e em sentido contrário à conjuntura internacional.

Os quadros – permanentes, e milicianos (a maioria, aliás, nos TO de África) - das Forças Armadas Portuguesas, e em particular do Exército, conceberam e aplicaram *O Exército na Guerra Subversiva*, um conjunto de manuais que serviria de suporte para a organização das tropas durante a Guerra, e introduziram também a necessidade da guerra psicológica (que se revelaria como uma frente de combate sólida para Portugal). Com efeito, a “conquista das populações” foi aplicada, com sucesso, a níveis táticos e estratégicos (excetuando as dificuldades no início e fim da guerra): “Adaptation and evolution through the right sequences, therefore, are central to success and failure” (KATAGIRI, 2015: 169)

Ao perceberem, sem qualquer tipo de doutrina ou experiência anterior, que o desafio estava em operar num ambiente quase totalmente civil¹³³, os militares portugueses conseguiram, efeito do seu passado histórico, e de características que lhes eram inatas (depositou-se muita confiança no espírito elucidado dos seus chefes, e na valia dos seus soldados), implementar um modo de fazer a guerra que deve, hoje, ser reabilitado. Porque o valor do soldado português, esse, é inquestionável.

A abordagem portuguesa (um *comprehensive approach* extremamente bem coordenado), alicerçada numa resposta unificada e numa rede entre serviço público, populações e forças armadas, foi desenvolvida com a intenção de criar um mecanismo

¹³³ “(...) o Estado colonial português reconheceu similarmente a importância da ação e intervenção das Autoridades Tradicionais nas práticas fundamentais da vida política, ritual, económica, religiosa, judicial e social das populações rurais de Moçambique” (LOURENÇO, 2010: 22).

de contrainsurgência coeso. A estratégia nacional de poupança dos recursos de que a metrópole dispunha para investir no Ultramar, levou à africanização da guerra (com a criação, pela primeira vez, de forças especiais, e com recrutamento diretamente em África), e a manobras de criatividade que foram sendo destacadas ao longo desta investigação (como os aldeamentos ou as PSYOPS¹³⁴).

A eficácia da organização global da contrassubversão dependeu, por isso, muito do espírito de cooperação entre civis e militares (com soluções locais para desafios locais); a “derrota” portuguesa assentou, antes, em questões de cunho político: “In many respects it was a considerable achievement for the Army of arguably the poorest and least developed country in Western Europe to fight three wars simultaneously for such a prolonged period without suffering military defeat” (BECKETT, 2011: 136).

Reavaliar estes sucessos, para lá do dramatismo típico da perda do Império que ainda em alguns círculos se faz sentir, ao invés de nostalgia, tem de apelar a uma análise imparcial das atividades CIMIC realizadas em África, lembrando que, sem qualquer especialização, estes homens atingiram grande parte dos objetivos que, atualmente, quer a NATO, quer a ONU, proclamam como essenciais na doutrina CIMIC (em prol das populações e sempre em apoio à missão).

Ao longo desta investigação, foram várias as fontes que referiram situações particulares de crianças, algumas órfãs, vítimas do conflito, que passaram a viver definitivamente nos aquartelamentos, onde eram acarinhadas por todos os militares; quatro décadas depois, apesar de tudo o resto, esses meninos e meninas, hoje africanos adultos, e independentes, ainda recordam com alegria os militares portugueses. Este é o património intangível que não se pode deixar cair. Até porque o mundo se tem vindo a mostrar propenso a intervenções/soluções do mesmo género.

Desde o final da Guerra Fria que a vontade progressiva dos Governos do Ocidente em intervir militarmente durante crises humanitárias, aliada a níveis significativos de atenção dada pelos meios de comunicação social às consequências

¹³⁴ A CIMIC não sobrevive sem a ação psicológica: “In both war and peace, success in the battle for hearts and minds hinges primarily on one side’s ability to operate comfortably in the other side’s human terrain. In such an emotionally charged, competitive communications environment, the ability to affect the psychological and informational battle space of the adversary and the local population depends on the credibility of both the message and the messenger” (DAVID JR., 2009: 195).

humanas destas “guerras civis” distantes, tem concorrido sobremaneira para a alteração das percepções (do mundo em geral, das instituições, e das populações afetadas).

A multiplicação de crises “estratégicas”, o enfraquecimento e a fragmentação de Estados (levando por vezes ao colapso dessa mesma autoridade), por motivos étnico-religiosos, as assimetrias demográficas e a evolução do processo de globalização, sintomatizaram igualmente mutações substanciais no sistema internacional. Da mesma forma, os processos de tomada de decisão em política externa ficaram então mais expostos e dinâmicos, e os argumentos éticos, bem como a evocação do Direito Internacional, tornaram-se mais constantes a partir da década de 1990.

Com o alargamento e aprofundamento do conceito de segurança, a ONU procurou também alargar e aprofundar os mandatos das suas missões de modo a abarcar dimensões sociais, económicas, psicológicas e de segurança – com o propósito de manutenção da paz a um nível multidimensional. A necessidade de ajustar os mandatos das missões de forma a incluírem a segurança humana, acordos de partilha de poder, o reforço do Estado de direito, a consolidação de confiança, a cooperação eleitoral, e o desenvolvimento social e económico, mais do que *apenas* a observação e a manutenção da paz, fez com que estas novas missões chegassem mais longe do que os mandatos iniciais, tendo equipas de pessoal civil, e não apenas soldados e polícias.

Por tudo isto, o século XXI tem como tela uma sequência marcante de violentos conflitos, que instauraram uma nova ordem: a pobreza, as desigualdades mundiais e nacionais, a desestruturação das sociedades, são desafios trazidos pelo final do século XX que devem ser enfrentados. Aqueles que eram os antigos “profissionais da arte de fazer a guerra” estão, agora, em processo de atualização, e a transformar-se em “profissionais de segurança”. Os comandantes para os conflitos armados do século XXI têm de (à imagem de Spínola na Guiné) estar aptos a enfrentar um inimigo convencional num determinado momento, para logo a seguir encarar um outro inimigo, completamente distinto e irregular e, depois ainda, envolver-se em atividades de assistência humanitária, reconstrução das instituições e infraestruturas básicas da governança local (em particular, aquelas diretamente ligadas à segurança). E estas atividades, não raras vezes, são executadas em simultâneo pelos mesmos

comandantes (comando holístico), com flexibilidade, criatividade, e sobretudo, proatividade (porque o fim último deve ser conquistar a paz – de longo prazo, e não apenas ganhar a guerra – de carácter imediato).

As novas exigências e o incremento de ações militares em ambientes de insegurança e incertezas que já não se coadunam com os conflitos tradicionais, demandam capacitação de recursos humanos, compreendendo agentes civis de instituições governamentais, ONGs, OI (entre outros organismos), e aperfeiçoamento da doutrina das Forças Armadas. A CIMIC pode, assim, ser o melhor elo de ligação entre uma força de manutenção de paz e a população local, pois permite que a força observe e compreenda melhor a cultura e o comportamento locais. Para além disso, é essencial que as forças de *peacekeeping* sejam retratadas como uma força que está “ali” para o BEM: através da beneficiação da rede de estradas, da reconstrução de escolas, da implementação de um sentimento de segurança, os locais percebem melhores condições de vida, passando a poder olhar para o futuro com esperança.

Numa altura em que se fala de uma forma tão inflamada e persistente de aspetos como cultura de excelência ou realização de potencial, torna-se capital integrar estas perspetivas numa lógica de mudança. Portugal está, por isso, a rastrear um caminho mais racional: sem exaurir a sua participação em teatros de operações de desgaste e de maior risco, tem jogado edículas de emprego que lhe tem dado projeção com (relativa) economia de recursos e meios. Não é necessária quantidade para atestar qualidade; antes, deve-se escolher o que fazer, e como fazer para afirmar a presença portuguesa em teatros que os decisores políticos olham como prioritários (definindo o nível de ambição operacional) - sem descurar um certo ajuste com o que é pedido internacionalmente e com as capacidades para saciar os pedidos - e, concomitantemente, ir de encontro aos interesses nacionais (tríade *ameaças esperadas-capacidades desejadas-recursos disponíveis*).

A CGerCIMIC tem de ser olhada (primeiro internamente) como resposta a estas incitações, aprimorando aspetos relativos à sua orgânica¹³⁵, logística, doutrina¹³⁶ e

¹³⁵ O facto de ser constituída pelos três ramos cria sinergias e complementaridades valiosíssimas, já que elimina as lacunas que possam existir em cada um dos ramos, *per se*.

¹³⁶ A doutrina dos EUA e da NATO é, aliás, baseada na experiência ultramarina nacional, tal como já mencionado anteriormente.

(principalmente) formação. A expressão “homem certo para o lugar certo” nunca foi tão apropriada: a escolha do operador CIMIC, individualmente (com base em critérios técnicos, funcionais e psicológicos/humanos), a constituição de um grupo que se mantenha fixo, sem grande rotatividade (que possa treinar e participar em exercícios sem constrangimentos), bem como a identificação correta do perfil do especialista funcional, afiguram-se como primordiais para que a Companhia portuguesa possa desempenhar – e ser reconhecida por isso – funções em missões NATO ou ONU, e até como FND, e também em ações nacionais de Proteção Civil (ou outras), através da estruturação efetiva de uma (futura) plataforma nacional de entendimento que facilite o relacionamento entre as várias entidades¹³⁷. O esclarecimento (definitivo) das suas obrigações e potencialidades fará, com certeza, com que esta Companhia atinja grandes feitos.

¹³⁷ Esta (hipotética) plataforma terá de alinhar todas as instituições na persecução do “Bem Comum”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCORD – African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (2006). *CIMIC in UN & African Peace Operations Manual*. ACMC: African Civil-Military Coordination Programme.
- AJP-3.4.9 (A) Edition A Version 1 *Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation (CIMIC)*. NSA, dated as Feb 2013.
- AJP-9 *NATO Civil-Military Cooperation (CIMIC) Doctrine*. NSA, dated Jul 2003.
- Alexandre, Valentim (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- AM 86-1-1 2012 *CIMIC Tactics, Techniques and Procedures (ACO Manual)*. SHAPE, dated 26 Jul 2012.
- Ankersen, Christopher (ed.) (2008). *Civil Military Cooperation in Post-Conflict Operations – Emerging Theory and Practice*. Routledge Taylor and Francis Group.
- Archer, Sarah (2003). *Civilian and Military Cooperation in Complex Humanitarian Operations*. Military Review.
- Beckett, Ian F.W. and Pimlott, John (eds.) (2011). *Counter-Insurgency: Lessons from History*, Pen & Sword Military.
- Bell, Aubrey F. G. (2013). *Portugal of the Portuguese* (e-book) Published by forgottetnbooks.
- Berger, José Paulo (Coord. Geral) (2014). *A Engenharia Militar na Guiné – O Batalhão de Engenharia Militar*, Direção de Infraestruturas, Exército.

- BI-SC CFPG 2012 *CIMIC Functional Planning Guide*. SHAPE (SHAPE/OPI CIM/11/12-TT282641) – HQ SACT (5000 TSC FCO 012ITT 8183/Ser: NU0022), dated 08 Jun 2012.

- Braillard, Philippe. (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Cabecinhas, R. e Abadia, L. (eds.) (2013). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Braga: University of Minho.

- Cann, John P. (2012). *Counterinsurgency in Africa – the Portuguese Way of War 1961-1974*, Helion & Company Limited, England.

- Castelo, Cláudia (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo – O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Ed. Afrontamento.

- Catarino, Manuel e Assor, Miriam (2010). *Spínola, Senhor da Guerra*, Lisboa: Presselivre, Imprensa Livre Sa.

- Catarino, Manuel (coord.) (2011). *A Minha Guerra – Testemunhos de Combatentes*, Printer Portuguesa.

- Celik, Murat (2005). *Comparison of the British and Canadian CIMIC and the US CMO Doctrines to the NATO CIMIC Doctrine*, Naval Postgraduate School, Monterey – California.

- Civil-Military Cooperation Centre of Excellence (2016) *CIMIC Field Handbook*, 4th Edition, CCOE.

- Couto, Abel Cabral (1989). *Elementos da Estratégia I*, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

- Couto, Abel Cabral (1989). *Elementos da Estratégia II*, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

- Dâmaso, Eduardo (1997). *A Invasão Spinolista*, Lisboa: Círculo de Leitores.

- David Jr., G. J., Mckeldin III, T. R. (eds.) (2009). *Ideas as Weapons – Influence and Perception in Modern Warfare*, Washington D.C.: Potomac Books, Ink.

- Dias, Jorge (1995). *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Ercolani, Giovanni e Hurtado, Fina (2013). *Anthropology and Security Studies*. Coleccion Cultura y Sociedad, Universidad de Murcia, Nottingham Trent University, College of William and Mary (USA).

- Exército Português (1966). *O Exército na Guerra Subversiva – Vol. III – Operações Psicológicas*, EME, Lisboa.

- Exército Português (2005). *Regulamento de Campanha – Operações*, EME, Lisboa.

- Exército Português, Jornal do Exército, Ano L, nº 588 outubro 2009.

- Fernandes, Horta (2011). *Acolher ou Vencer?*, Lisboa: Esfera do Caos.

- Firth, Raymond (1947). *Human Types: An Introduction to Social Anthropology*, 2nd edition. New York: Mentor Books.

- FM 3-07-22 *Counter Insurgency Operations*, Headquarters, Department of the Army, dated October 2004.

- Freyre, Gilberto. (2001). *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: Topbooks.

- Freyre, Gilberto (2003). *Casa-Grande & Senzala*. S. Paulo: Global Editora.

- Geventer, C., Jones, D., Smith, M. L. R. (ed.) (2014). *The New Counter-Insurgency Era in Critical Perspective*. Palgrave Macmillan, England.

- Gjorv, Gunhild Hoogensen (2014). *Understanding Civil-Military Interaction: Lessons Learned from the Norwegian Model*. Ashgate Publishing.

- Guerra, João Paulo (2000). *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*, Círculo de Leitores.

- Guimarães, Mariana (rev.) (2011). *Guerra Colonial – A História na Primeira Pessoa*, Vila do Conde: Quidnovi.

- Hersey, John (1988). *A Bell for Adano*, New York: Vintage Books.

- IJWP 3-90 *Civil-Military Cooperation (CIMIC)*, dated November 2003.

- Joint Force Quarterly (journal), issue 38, 3d Quarter 2005, National Defense University Press, Washington, DC.

- Jakobsen, Peter Viggo (2006). *Nordic Approaches to Peace Operations: A New Model in the Making?*, New York: Routledge.

- Katagiri, Noriyuki (2015). *Adapting to win: how insurgents fight and defeat foreign states in war*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Kennedy, Carrie H. and Zillmer, Eric A. (eds.) (2012). *Military Psychology: Clinical and Operational Applications*. New York: The Guilford Press.

- Laurence, Janice H., Mathews, Michael D. (eds.). (2012). *The Oxford Handbok of Military Psychology*. Oxford University Press.

- Lewis, Herbert S. (2014). *In Defense of Anthropology, An Investigation of the Critique of Anthropology*. Transaction Publishers New Brunswick (USA) and London (UK).

- Lourenço, Vitor A. (2010). *Moçambique: Memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje*, Lisboa: Gerpress.

- Matos, Artur Teodoro e Lages, Mário F. (dir.) (2009), *Povos e Culturas*, nº 13 – Portugal Intercultural, Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa.

- Marten, Kimberly Zisk (2004). *Enforcing the Peace – Learning from the Imperial Past*, New York: Columbia University Press.

- MC402-1- NATO Military Policy on Psychological Operations, dated March 2003.

- MC411-1 NATO Military Policy on Civil-Military Cooperation (CIMIC). NATO Military Commitee, dated 17 Jul 2001.

- McFarland, Maxie, Col. (2005). “Military Cultural Education”, *Military Review*, March-April, US Army.

- McFate, Montgomery (2005). “Anthropology and Counterinsurgency”, *Military Review*, March-April, US Army.

- Moreira, Adriano (dir.) (2010). *Portugal e as Operações de Paz – Uma Visão Multinacional*, Lisboa: Fundação Mário Soares.

- Moreira, Adriano (et al.) (2000). *Estudos sobre as campanhas de África, 1961-1974*, Sintra: Edições Atena.

- Moskos, Charles C., John Sibley Butler (1996). *All That We Can Be: Black Leadership and racial integration the Army Way*, New York: Basic Books.

- Moskos, Charles C., Williams, J. A., Segal, David R. (eds.) (2000). *The Postmodern Military – Armed Forces after the Cold War*, Oxford University Press.

- Nelsen, B. F. and Stubb, Alexander C. G. (eds.) (1994). *The European Union*, Macmillan Education, United Kingdom.

- Pinto, José Filipe (2007). “O Elemento Psicológico como Fator de Afirmação de um País chamado Portugal”. *RES-PUBLICA – Revista Lusófona*.

- Pires, Nuno Lemos (2014). *Wellington, Spínola, Petraeus – O Comando Holístico da Guerra*, Alcochete: Nexo Literário.

- Queiroga, José Augusto (2014). *Estórias Vividas – Relatos de Guerra de um Piloto de Helicópteros em África*, Fronteira do Caos.

- Ramos, Luís Filipe e Ribeiro, Orlando (1987). *A Formação de Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

- Rietjens, Sebastiaan J. H. and Bollen, Myrianne T. I. B. (eds.) (2008). *Managing Civil-Military Cooperation, a 24/7 Joint Effort for Stability*. Ashgate Publishing Limited, England.

- Rietjens, S. J. H. (2008). *Civil-Military Cooperation in Response to a Complex Emergency – Just another Drill?* Leiden: Brill.

- Santos, José Loureiro (2010). *História Concisa de como se faz a Guerra*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

- Shapiro, Fred R. (ed.) (2006). *The Yale Book of Quotations*, New Haven and London: Yale University Press.

- Toiskallio, Jarmo (ed.) (2004). *Identity, Ethics and Soldiership*, Helsinki: Finnish National Defence College.

- Valentim, J. P. (2011). "Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos". *Imagotipos literários: processos de (des)configuração na imagologia literária*, Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.

- Wheeler, D. L. (1969). "The Portuguese Army in Angola". *The Journal of Modern African Studies*, 7(3), 425–439.

- Zaalberg, Thijs W. B. (2006). *Soldiers and Civil Power: Supporting or Substituting Civil Authorities in Modern Peace Operations*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

Websites

- <http://elsevier.pt/rpsp> (20 outubro 2014)
 - <http://www.army.mil/article/22123/> (04 novembro 2014)
 - <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/mcfate.pdf> (08 novembro 2014)
 - <http://www.cimic-coe.org/> (02 dezembro 2014)
 - <http://www.mncimicgroup.org/> (15 dezembro 2014)
 - <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=k&type=AS&pub=6&s=3> (15 dezembro 2014)
 - <https://governodosoutros.files.wordpress.com/2011/03/ferreira-josc3a9-carlos-ne-y-estatuto-dos-indc3adgenas-portugueses-da-provc3adncias-da-guinc3a9-angola-e-moc3a7ambique-annotado-e-le1.pdf> (10 fevereiro 2015)
 - <http://usacac.army.mil> (12 fevereiro 2015)
 - <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept2010-eng.pdf> (15 março 2015)
- (Decreto nº 951, publicado no Diário do Governo nº 187, de 14 de outubro)

http://www.nato.int/docu/review/2006/Road_Riga/reflections_Riga_Summit/EN/index.htm (22 maio 2015)

<http://cea.revues.org/1228> Rui M. Pereira, “Uma visão colonial do racismo”, *Cadernos de Estudos Africanos* (24 dezembro 2015)

<http://www.dn.pt/portugal/entrevista/interior/e-como-se-fossemos-escolhidos-por-deus-para-nao-ter-combates-aqui5020383.html> (8 de fevereiro de 2016)

<http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito%20defesa%20e%20forcas%20armadas sintese%20dos%20resultados.pdf> (12 novembro 2015)

<http://www.cfr.org/peacekeeping/report-un-secretary-general-agenda-peace/p23439> (15 dezembro 2015)

<https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Meetings/Meeting%20Transcripts/230310shirreff.pdf> (16 dezembro 2015)

http://www.cimicgroup.org/Cimic%20Courses/cimic_courses/cimic_functional_specialist_course_cfsc/ (02 fevereiro 2016)

http://www.prociv.pt/RiscosVulnerabilidades/Documents/Componentes_p%C3%BAbllicas.pdf (02 fevereiro 2016)

http://www.jn.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=939938 (10 fevereiro 2016)

<https://www.acmc.gov.au/> (11 fevereiro 2016)

<http://observador.pt/2015/12/06/exercito-chamado-para-ajudar-nas-cheias-provocadas-pela-tempestade-desmond/> (10 fevereiro 2016)

<http://www.ajol.info/index.php/ajcr/article/viewFile/52179/40805> Gary Lloyd, Gielie A.J. van Dyk and François de Kock, “The psychological selection profile for civil-military coordination officers in peace-support operations: The results of field research in the Sudan” (21 fevereiro 2016)

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico